

PUBLICIDADE LEGAL

Wecom Comércio, Distribuição e Serviços em Tecnologia da Informação S/A
 CNPJ 10.663.782/0001-00 - NIRE 43 3 0005584 1
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária
 Ficam os senhores acionistas convocados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 07 de abril de 2022, às 14h30min, na Av. Carlos Gomes nº 446 sala 401, bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre (RS) e sob a plataforma digital (google meet), cujo link será encaminhado via e-mail juntamente com a cópia do Balanço Patrimonial publicado, devendo o acionista acusar recebimento e/ou confirmar no respectivo convite sua presença. Ordem do dia será: 1. Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2021; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; 3. Eleição dos administradores; 4. Exame, discussão, deliberação e fixação acerca da proposta para remuneração anual e global dos administradores da Companhia; 5. Assuntos Gerais. Porto Alegre (RS), 22 de março de 2022. João Luiz Martins de Oliveira - Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

**STÉ - SERVIÇOS
TÉCNICOS DE
ENGENHARIA S/A**
CNPJ nº 88.849.773/0001-98
NIRE 43 3 0000418-0
ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede social da companhia, rua Saldanha da Gama, 225 – bairro Harmonia, CEP 92.310-630, Canoas/RS, às 10 horas do dia 12 de abril de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **1)** Tomada de contas dos Administradores, exame e aprovação do relatório e demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **2)** Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. **3)** Fixação da remuneração dos Administradores. **4)** Deliberação acerca dos dividendos estatutários conjuntos com os juros remuneratórios do capital próprio, e **5)** Aumento do Capital Social mediante capitalização de reservas, bem como a correlata alteração Estatutária.

Canoas/RS, 29 de março de 2022.
ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Presidente.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2022, ÀS 10 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021;
- Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2022 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; e
- Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- Deliberar sobre a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social em consequência da transferência da sede da Companhia;
- Deliberar sobre as alterações na redação dos Artigos 3º e 8º do Estatuto Social, renumerando seus parágrafos, contemplando o exercício das atividades relacionadas ao objeto da Companhia; e
- Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social, em razão da aprovação das matérias da ordem do dia, conforme aplicável.

Instruções Gerais:

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 28 de março de 2022; ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

Para participar da AGOE, que será exclusivamente realizada de forma digital, pela plataforma digital Ten Meetings e em tempo real, os Acionistas interessados deverão entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia, até às 17h do dia 26 de abril de 2022 (inclusive), através do e-mail assembleia@irani.com.br de acordo com as instruções constantes da Proposta da Administração. Após solicitação de participação, o acionista ou procurador, conforme o caso, receberá um link para cadastro de usuário e senha individual para acesso à Plataforma Digital, onde também deverá enviar todos os documentos comprobatórios de habilitação. Nos termos do §3º do art. 5º da ICVM481, os acionistas que não enviarem a solicitação de participação no prazo acima mencionado contendo todos os documentos necessários não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do e-mail acima mencionado quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 28 de março de 2022.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

Péricles Pereira Druck

Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
 CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43 3 0005350 4

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2022 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("3tentos" ou "Companhia"), a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), no dia 27 de abril de 2022, às 10h00, na sede da Companhia, situada na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária: (i) Apreciação das contas dos administradores, do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022.

Assembleia Geral Extraordinária: (i) Alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia de modo a refletir os aumentos do capital social aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 07 de julho de 2021, 31 de janeiro de 2022 e 24 de março de 2022, todos dentro do limite do capital autorizado da Companhia; (ii) Consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior; (iii) Re-ratificação da descrição do imóvel matriculado sob o nº 22.049 junto ao Registro de Imóveis de Pelotas/RS - 1ª Zona, referido na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de novembro de 2020, registrada perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de janeiro de 2021, sob o nº 7493644.

Instruções Gerais: (a) **Representação:** Nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia 25 de abril de 2022, os seguintes documentos: (i) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante, (ii) se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; (iii) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto e (iv) se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei nº 10.406/02.

(b) **Participação e votação:** Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: Boletim de voto a distância: os acionistas poderão, a partir desta data e até o dia 20 de abril de 2022 (inclusive), manifestar suas intenções de voto mediante a entrega de boletins de voto a distância: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09 e os procedimentos descritos no boletim disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. Presencialmente: A Companhia esclarece que, no dia da realização da AGOE, reiterando seu compromisso com a adoção de medidas de combate à pandemia e visando a saúde, o bem-estar e a segurança de seus acionistas, adotará medidas de prevenção e distanciamento conforme protocolos governamentais. (c) **Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com as propostas da administração, o boletim de voto a distância, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, <http://ri.3tentos.com.br>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br> e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, <https://www.b3.com.br/pt-br>. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. (d) **Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 28 de março de 2022.
 João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NA Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

FUGA COUROS S/A CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 • NIRE Nº 43.300.015.289. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, 1155, Vila Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30 de abril de 2022, a fim de tratar: **Ordem do Dia: em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei nº 6404/76, correspondentes ao exercício social findo em 31.12.2021; 2. Deliberar sobre destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Deliberar acerca da gratificação aos Administradores; e 4. Fixação da Remuneração da Diretoria; **em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** 1. Alteração do objeto social da Filial de Novo Hamburgo/RS da FUGA COUROS SA, inscrita no CNPJ sob o nº 91.320.349/0010-24. 2. Encerramento das atividades da Filial, situada na Rua Salustiano Pupin, 20 na cidade de Jales-SP, inscrita no CNPJ sob nº 91.302.349/0006-48. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2021, onde poderão obter cópia dos mesmos. Marau, 28 de março de 2022. Constante Caetano Fuga - Presidente do Conselho de Administração. 

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

 agencias@jornaldocomercio.com.br

 comercial@jornaldocomercio.com.br

 (51) 3213-1333 / 3213-1338


 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

 **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T**
Companhia Aberta
CNPJ/ME 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T** ("Companhia" ou "CPFL Transmissão"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia 28 de abril de 2022, às 10h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meetings, para analisar e votar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária:** a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b. Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c. Aprovar a remuneração global anual dos administradores para o período de maio de 2022 a abril de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, para alterar os artigos 24, 26 e 35; b. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; c. Ratificar a modificação do jornal de grande circulação, no qual a Companhia realiza suas publicações para fins da Lei das S.A., para o jornal "Jornal do Comércio", conforme aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas poderão participar das Assembleias, que serão realizadas de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"): (i) por meio da plataforma digital Zoom, ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por meio de Procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Instrução CVM 481. 2. O acionista que desejar participar e votar nas Assembleias por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço assembleias@cpfl.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência (isto é, até o dia 26 de abril de 2022), manifestando seu interesse em participar das Assembleias e solicitando o link de acesso à Plataforma Digital ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista, que deverá comprovar a titularidade de ações de emissão da Companhia, conforme registro no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itaú Corretora de Valores S.A. e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá às Assembleias, incluindo seus nomes completos e seus CPF/ME ou CNPJ/ME, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação nas Assembleias, conforme detalhado no Manual das Assembleias. 3. Os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar nas Assembleias via sistema Plataforma Digital. 4. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na AGOE, a Companhia enviará ao acionista as instruções para acesso à Plataforma Digital e participação nas Assembleias. 5. Na hipótese de o acionista não receber as senhas de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início das Assembleias, o acionista deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleias@cpfl.com.br ou telefone (+55 51) 3382-2798 para que seja prestado o suporte necessário. 6. Na data das Assembleias, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 1 (uma) hora de antecedência, sendo que o registro da presença da acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e horários aqui indicados. Após o início das Assembleias, não será possível o ingresso (participação) do acionista nas Assembleias, independentemente da realização do cadastro prévio. 7. Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação das Assembleias com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos a 1 (uma) hora para se ambientar à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail ou telefone acima reportando a questão. 8. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual. 9. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. 10. Nos termos da Instrução CVM 481, serão considerados presentes às Assembleias os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia, ou os acionistas que tenham registrado sua presença, na ocorrência das Assembleias, no sistema eletrônico de participação a distância, de acordo com as orientações acima. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente às Assembleias, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. 11. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para participar das Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os documentos indicados no Manual das Assembleias. 12. As procurações, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser (i) acionista ou administrador da Companhia, (ii) advogado ou (iii) instituição financeira. 13. Nos termos da Instrução da CVM 481, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem das Assembleias mediante o preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, do Manual das Assembleias e da Proposta da Administração. 14. Nos termos do artigo 135, § 3º, da Lei das S.A. e em cumprimento ao disposto no artigo 6º e seguintes da Instrução CVM 481, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.cpfl.com.br), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Porto Alegre, 28 de março de 2022.

Gustavo Estrella - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
📞 (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA

CNPJ. 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 15 horas do dia 19 de abril de 2022, na sede social, na rua Dos Andradas, 1121 - 10 andar, em Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: A – em **Assembleia Geral Ordinária**: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/21. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Eleição da diretoria e fixação de sua remuneração. B- em **Assembleia Geral Extraordinária**: 1) – Deliberar sobre o aumento do capital social com a incorporação de lucros e reservas e consequente alteração do art. 6º do estatuto social.

Porto Alegre, 25 de março de 2022
ARLINDO BIANCHINI - Diretor Presidente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Zoom (Plataforma Digital), nos termos do disposto no artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), a fim de deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia:

Em regime ordinário:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021;

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021 e a distribuição de resultado;

c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2022.

Em regime extraordinário:

a) Aprovar a alteração de endereço da sede da Companhia e a correlata alteração do Artigo 2º do Estatuto Social;

b) Deliberar sobre a proposta de aumento do Capital Social da Companhia mediante a capitalização das contas de Reservas Estatutárias (Reserva para Investimentos) no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem emissão de novas ações;

c) Alterar a redação do artigo 6º do Estatuto Social a fim de refletir o aumento de capital proposto;

d) Consolidar o Estatuto Social, em razão da aprovação das matérias da ordem do dia, conforme aplicável.

Instruções Gerais:

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o Acionista pode ser representado na Assembleia Geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração a ser divulgada em 29 de março de 2022; ou (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, votar na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas. Para participar da AGOE, que será exclusivamente realizada pela Plataforma Digital Zoom e em tempo real, os Acionistas interessados deverão entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia, até às 17h do dia 27 de abril de 2022 (inclusive), através do e-mail ri@habitasul.com.br para o envio das informações e dos documentos de representação necessários, de acordo com as instruções constantes da Proposta da Administração.

Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou procurador, conforme o caso, receberá um convite com uma senha individual para acesso à Plataforma Digital. Nos termos do §3º do art. 5º da ICVM 481/2009, os Acionistas que não enviarem a solicitação de participação no prazo acima mencionado contendo todos os documentos necessários não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do e-mail acima mencionado quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 2024/1244.

Porto Alegre, 29 de março de 2022.
Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Sonda Transportes S/A

CNPJ nº 88.584.875/0001-29

AVISO AOS AÇIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas, que se encontram a disposição dos mesmos o relatório da administração, bem como cópia das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a que se refere o Art. 133, La Lei 6.404/76, na sede social da companhia, sita a Av. Rubem Bento Alves, nº 380, bairro Sagrada Família, em Caxias do Sul, RS.

Caxias do Sul, RS, 28 de março de 2022.

Joel Marcos Sonda - Presidente

Anacleto Sonda - Diretor

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

Balço Patrimonial - (Valores expressos em reais)				Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)			
ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes		6.444.315,35	4.072.933,92	Fornecedores		31.486,74	15.233,00
de caixa	4			Obrigações tributárias	8	5.505.043,25	5.373.711,75
Contas a receber	5	3.273.978,13	2.259.285,15	Obrigações trab. e previdenciárias	9	101.963,29	113.323,70
Estoque de comercializar	6	8.271.013,01	8.646.162,42	Contas a pagar	11	39.096,12	41.442,92
Outros créditos		98.703,13	81.360,60	Dividendos a distribuir		1.695.285,34	1.987.464,00
				Provisões para contingências	10	790.216,66	808.395,00
		18.088.009,62	15.059.742,09			8.163.091,40	8.339.570,37
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	5	11.441.017,83	9.535.711,00	Contas a pagar	11	2.818.185,69	2.399.207,39
Depósitos judiciais		78.164,33	78.164,33	Impostos diferidos	12	758.479,25	819.798,65
Imobilizado	7	85.432,95	78.727,88	Adiantamento de clientes	13	5.261.146,20	-
Intangível		13.911,01	13.311,01			8.837.811,14	3.219.006,04
		11.618.526,12	9.705.914,22				
TOTAL DO ATIVO		29.706.535,74	24.765.656,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.706.535,74	24.765.656,31

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro - (Valores expressos em reais)				Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)			
	Capital Social	Reserva de Lucros	Total do Patrimônio Líquido		31.12.2021	31.12.2020	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.000.000,00	3.275.645,00	400.000,00	Lucro líquido do exercício	6.781.141,37	4.674.210,75	
Distribuição de dividendos	-	-	-	Outros resultados abrangentes	-	-	
Realização da reserva de lucros a realizar	-	(3.275.645,00)	-	Resultado abrangente do exercício	6.781.141,37	4.674.210,75	
Resultado líquido do exercício	-	-	-				
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.000.000,00	-	400.000,00				
Distribuição de dividendos	-	-	-				
Resultado líquido do exercício	-	-	-				
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.000.000,00	-	400.000,00				

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro - (Valores expressos em reais)			
	31.12.2021	31.12.2020	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.12.2021	31.12.2020	
Lucro Líquido do Exercício	6.781.141,37	4.674.210,75	
Ajustes de reconciliação:			
Depreciações e amortizações	11.574,48	20.767,00	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.689,03	4.224,00	
Provisão para contingências	(18.178,34)	13.269,00	
Provisão para perda de ativos (Área APP)	11.298,05	34.057,00	
Ajuste a valor presente	959.054,89	-	
Tributos diferidos	(61.319,40)	173.799,00	
Resultado ajustado	7.769.260,08	4.920.326,75	
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) de duplicatas a receber	(3.964.743,73)	(2.469.198,00)	
(Aumento) de outros créditos	(17.342,53)	(54.773,00)	
Redução em estoques	363.851,36	1.686.446,51	
Aumento/(redução) de fornecedores	1.6.253,74	(53.129,00)	
Aumento de obrigações tributárias	131.331,50	5.646,00	
Aumento de obrigações diversas	405.271,09	446.276,00	
Aumento em adiantamento de clientes	5.261.146,20	-	
Caixa Líquido Gerado p/Atividades Operacionais	2.195.767,63	(438.731,49)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	(18.879,55)	-	
Caixa Líq. consumido pelas ativ. de investimento	(18.879,55)	-	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos	(7.574.766,73)	(2.104.552,00)	
Caixa Líq. consumido p/ativ. de financiamento	(7.574.766,73)	(2.104.552,00)	
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.371.381,43	2.377.043,26	
No início do exercício	4.072.933,92	1.695.890,66	
No fim do exercício	6.444.315,35	4.072.933,92	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO - (Valores expressos em reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A LCBC Imóveis S/A (Companhia) dedica-se a urbanização, venda e locação de terrenos próprios localizados no Balneário Cassino, município de Rio Grande-RS, desde o exercício de 2001. A partir de 2015 passou a atuar também no ramo na incorporação de imóveis. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2022 e foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto onde indicado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis, estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Estimativas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Todas as estimativas são ajustadas mensalmente com as premissas mais atuais e disponíveis para a administração no final de cada mês. As estimativas são atualizadas com a finalidade de refletir o valor de liquidação, sem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **NOTA 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo considerados de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2 Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Para os prazos de recebimento equivalentes a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas, segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços e quando necessário foram calculados os ajustes a valor presente. **3.3 Estoques:** Os estoques de terrenos são demonstrados ao custo de construção ou aquisição e os estoques das unidades pelo custo incorrido na construção das mesmas nas permutas. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. As taxas de depreciação utilizadas são baseadas, conforme a vida útil de cada ativo fixo. O cálculo de depreciação é pelo método linear e reconhecido no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7. O custo histórico inclui os gastos qualificáveis atribuíveis à aquisição dos itens. **3.5 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes pelo prazo de liquidação de até um ano. Foram reconhecidas pelo valor das faturas correspondentes. **3.6 Reconhecimento da Receita:** Foram observados os procedimentos e normas estabelecidos na NBC TG 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", ou seja, os contratos com clientes passaram a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito. **3.7 Distribuição de Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro presumido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a presunção trimestral excedente a R\$ 60.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a presunção trimestral apurada. **3.9 Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. **3.10 Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias potencialmente diluidoras.

OSVALDO LUIZ CRAMER DE OTERO
Diretor

MARCELA FOSSATI OTERO
Diretora

NAGIB MOHAMAD L. AHMAD
Diretor Operacional

JULIANA SCHABBACH GORGEN
Contadora - CRCRS 10091

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

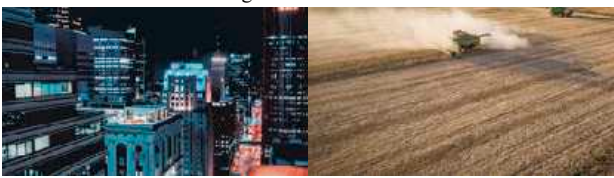
PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras Dezembro 2021

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Nos primeiros meses de 2021, o Brasil se deparou com o auge da pandemia da covid-19, evidenciado pelo elevado número de vidas perdidas. Felizmente, a ampla vacinação iniciada naquele momento resultou na forte redução das enfermidades causadas pelo vírus ao longo do ano. Essa mudança positiva foi acompanhada de uma retomada das atividades econômicas mais intensa do que a esperada previamente.

Após suprir o crédito emergencial no ano anterior, em 2021 o BRDE se empenhou para disponibilizar recursos para a retomada dos investimentos. Esse desempenho do Banco pode ser verificado a partir dos volumes contratados nesses últimos dois anos, quando as metas foram amplamente superadas.

Nesse ano em que completou 60 anos, não faltaram motivos para o BRDE comemorar sua trajetória. Em 2021, em particular, o BRDE alcançou recorde histórico em operações de crédito contratadas, com R\$ 4,1 bilhões. O lucro líquido foi o segundo maior já registrado em valores nominais, R\$ 266,6 milhões.

Para tal performance, o BRDE obteve recursos adicionais com seus parceiros nacionais e internacionais, intensificou as operações com instituições financeiras para alavancar o microcrédito, manteve seu amplo apoio ao agronegócio, promoveu muitos projetos sustentáveis e estimulou os processos inovativos das empresas. Além disso, e não menos importante, o Banco conseguiu manter a taxa de inadimplência em reduzido patamar e aumentou suas receitas com a recuperação de créditos.

O BRDE, também nesse ano, concluiu o desenvolvimento de sua inédita metodologia que identifica os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) beneficiados em cada projeto financiado. O estudo demonstrou que a ampla maioria das operações de crédito efetuadas impactam positivamente ao menos um ODS.

Destaque Institucional

Apoio à Inovação

O Programa BRDE INOVA congrega os principais instrumentos de apoio à inovação utilizados pelo Banco, dividido em três frentes de atuação: financiamentos, aporte de capital via Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e programas de aceleração de startups, chamado BRDE Labs.

Nesse ano, o BRDE elevou o seu limite de 1,8% para 2,5% do seu Patrimônio Líquido (PL) para atuação através dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs) com foco em empresas inovadoras. Atualmente, o BRDE é colista dos FIPs Criatec 3, FIP Anjo e TM3 Capital VC4. Também em 2021, em parceria com o BNDES, foi lançado o edital para a seleção do Gestor do Fundo de Investimento em Participações Capital Semente ("Criatec 4").

Foram desenvolvidos dois programas de aceleração de startups - Programa BRDE Labs - em 2021 que contaram com a participação total de 23 startups. O BRDE Labs coordenado pela Agência do BRDE do Paraná foi realizado em parceria com a Hotmil, aceleradora da PUC-PR, e com o apoio da Amcham Brasil. O programa contou com a colaboração de grandes indústrias paranaenses como âncoras, lançando desafios para que as 9 startups aceleradas apresentassem soluções. Além das mentorias, conexões e negócios gerados, ocorreram treinamentos para âncoras e funcionários do BRDE e lives de conteúdo, com mais de 4 mil pessoas impactadas, com conteúdo disponível permanentemente pelo canal do BRDE no Youtube.

O BRDE Labs coordenado pela Agência do BRDE do Rio Grande do Sul, foi executado em conjunto com o Feevale Techpark e teve também a participação de empresas âncoras, parceiras do BRDE, que apresentaram desafios para que as 14 startups aceleradas buscassem soluções. O programa contou com mentorias, workshops, rodadas de negócios e imersão com as empresas âncoras que resultaram em propostas de negócios e parcerias. A iniciativa também disponibilizou treinamento para funcionários do BRDE envolvidos no tema.

O Programa Dev the Devs foi elaborado conjuntamente pelo Parque Científico e Tecnológico da PUQRS (Tecnopuc), pela Rede Gaúcha de Ambientes Inovadores (Reginip), pela Associação de Empresas de Tecnologia (Assespro-RS), pela Secretaria da Educação do Estado do RS, pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia e do Inova RS, e pelo BRDE. A iniciativa teve como objetivo oportunizar a formação de jovens que desejam iniciar a carreira na área de TI. A partir de um curso online de formação inicial para desenvolvedores de sistemas, o programa promove qualificação gratuita para mil jovens - 500 meninos e 500 meninas - da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.

Transformação Digital do Negócio

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTI), aprovado pela Resolução BRDE nº 2.650 em 9 de março de 2021, representa um importante instrumento para gestão dos recursos de TIC. Para cada direcionador estratégico, o plano estabeleceu as respectivas iniciativas-chave, as quais foram estruturadas de forma a permitir uma visão integrada para o atingimento dos objetivos estratégicos de TIC. A transformação digital do negócio é o direcionador estratégico central deste PDTI.

Uma das iniciativas do PDTI é o Projeto Processos 100% Digitais, o qual conta com equipes multidisciplinares na sua implantação. O projeto Processos 100% Digitais trará como benefícios a maior agilidade e redução do retrabalho nos processos de trabalho digitalizados, a redução da tramitação de documentos físicos, bem como de custos com impressão, armazenamento, transporte, e a maior segurança da informação e da transparência, entre outros. Em paralelo, o BRDE lançou, em fevereiro, o seu Aplicativo Móvel, promovendo seguidas melhorias na plataforma.

Apoio à Diversidade

O BRDE criou a Estratégia BRDE - Diversidade, no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental. Entre os seus objetivos, constam a promoção da igualdade de gênero e a erradicação da discriminação e da violência contra as mulheres. A implantação da Estratégia BRDE - Diversidade é realizada por um Plano de Ação Anual desenvolvido pela Comissão Pró-Equidade e de Valorização da Diversidade. As ações envolvem os funcionários do Banco, seus fornecedores e clientes.

Em março, o BRDE lançou o Programa BRDE Empreendedoras do Sul, cujo objetivo é desenvolver o empreendedorismo feminino na região, gerando renda, oportunidades e reduzindo a desigualdade. O programa beneficia produtoras rurais e empresárias de qualquer ramo de atividade. Somente em 2021, a iniciativa proporcionou R\$ 96,2 milhões em financiamento para 371 clientes.

Também no âmbito da diversidade, destacamos que o BRDE possui o selo Women on Board, que é uma iniciativa independente que visa reconhecer, valorizar e divulgar a existência de ambientes corporativos com a presença de mulheres em conselhos de administração ou conselhos consultivos, para demonstrar os benefícios desta diversidade ao mundo empresarial e à sociedade. A ação concede um selo às empresas que tenham pelo menos duas conselheiras efetivas em seus quadros. O selo busca reconhecer as boas práticas em ambientes corporativos, e acompanhará os benefícios para as companhias oriundas da diversidade em posições de liderança, um ativo estratégico e importante para empresas que pretendem se destacar em eficiência, criatividade e responsabilidade social. Com a posse da conselheira Marisa Magno, primeira representante dos empregados, o BRDE passou a ter três mulheres no seu Conselho de Administração.

Políticas aprovadas

No que tange às demais Políticas adotadas pelo Banco, destacamos as seguintes aprovadas nesse ano: Alteração e consolidação da Política de Concessão de Crédito, Política de Gestão de Continuidade de Negócios, Política de Relacionamento com Clientes, Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, Política e a Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital.

BRDE é parceiro do SC Mais Renda Empresarial

A partir da parceria entre o BRDE e o Governo de Santa Catarina, foi criado o Programa SC Mais Renda Empresarial para financiar os pequenos empreendimentos dos setores mais afetados pela pandemia. Além de contribuir na concepção da iniciativa, o BRDE é o responsável pela liberação dos financiamentos. Os grandes benefícios do programa são o juro zero - bancado pelo Governo do Estado para quem pagar em dia e mantiver os empregos - e o prazo de carência de até um ano.

No âmbito do SC Mais Renda Empresarial, o BRDE repassou R\$ 227,7 milhões para atender os micros e pequenos empresários, que resultaram em 2.713 contratos distribuídos em 217 municípios catarinenses. Também pelo mesmo programa, foram repassados mais R\$ 33 milhões em operações de 2º piso para as cooperativas de crédito atuarem com os microempreendedores individuais (MEIs). Considerando o ticket médio de R\$ 8 mil, o valor repassado deve resultar em mais de 4 mil contratos distribuídos no estado catarinense.

BRDE é parceiro do Banco do Agricultor Paranaense

O BRDE é parceiro na operacionalização do Banco do Agricultor Paranaense em mais uma ação para difundir o crédito. A iniciativa, lançada em abril, é um instrumento criado pelo Governo do Estado do Paraná para auxiliar produtores rurais, cooperativas e associações de produção, comercialização e reciclagem, e as agroindústrias familiares, além de projetos que utilizem fontes renováveis de geração de energia e programas destinados à irrigação, entre outros. O BRDE realiza todas as etapas referentes à concessão de crédito, desde a análise até a liberação dos recursos. Parte dos juros e, em alguns casos, a totalidade são reembolsados aos produtores pelo FDE - Fundo de Desenvolvimento do Estado via subvenção econômica. Em 2021, o valor contratado totalizou R\$ 43,7 milhões, beneficiando 351 agricultores.

Avançam os processos para as captações junto ao BID, Banco Mundial e NDB O BRDE obteve importantes avanços para a concretização de quatro operações de crédito externo. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou em maio dois projetos de lei que autorizam o Executivo gaúcho a prestar contragarantia à União, relativamente às duas operações de crédito externo, totalizando US\$ 150 milhões a serem contratadas pelo BRDE junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parte do empréstimo será destinada às micro, pequenas e médias empresas atingidas pela pandemia do coronavírus visando à manutenção da atividade produtiva e, por consequência, dos postos de trabalho. A outra linha de crédito resultante dessa captação externa será para financiamento de projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida nos três estados da Região Sul, com foco em investimentos nos setores da saúde, inovação, educação e mercado de trabalho.

Em outra frente, a Assembleia Legislativa do Paraná sancionou a lei que permite que o BRDE contrate com o New Development Bank (NDB) a operação de € 134,6 milhões.

Esses recursos, no âmbito do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS - Proinfra Sul, serão utilizados para investimentos na infraestrutura urbana e projetos de cunho sustentável. O objetivo é privilegiar aqueles projetos ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, fortalecendo o propósito da agenda 2030.

Na mesma toada, o Legislativo de Santa Catarina aprovou a Lei que autoriza o Estado a prestar contragarantia à União em operação de crédito junto ao Banco Mundial (BIRD), no valor de € 89,6 milhões, destinados aos projetos de resiliência urbana nos municípios da Região Sul.

Os Governos dos Estados do RS, SC e PR tem papel relevante nesse processo, atestando a aderência dos Programas, objeto dos financiamentos, às ações previstas nos Planos de Desenvolvimento vigentes em cada um dos Estados.

Comemorações 60 anos

Para marcar os 60 anos da sua criação, o BRDE organizou uma série de atividades na semana de seu aniversário, todas transmitidas de forma online. O destaque foi a participação massiva dos colaboradores e ex-funcionários do BRDE nas atividades realizadas, o que resultou em mais de 5 mil visualizações nas lives transmitidas.

Para relemburar a trajetória do banco e prestar homenagem a quem fez e faz o BRDE, no primeiro dia da programação o tema foi a Memória. Os principais momentos de seis décadas de trabalho do BRDE foram rememorados por três funcionários, cada um representando um estado, com ampla vivência no Banco.

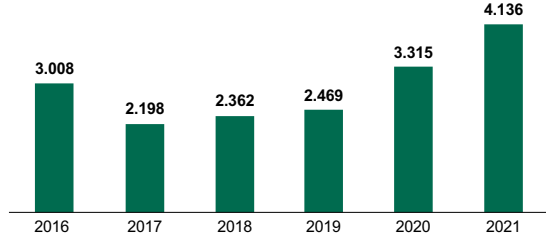
No dia do aniversário, participaram da cerimônia de comemoração (em formato híbrido, no estúdio) a Diretoria do BRDE e os governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. A Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul foi a atração cultural. Representantes de bancos nacionais e internacionais, parceiros de negócios, enviaram mensagens que foram exibidas em vídeo ao longo da programação.

Desempenho Operacional As contratações do BRDE em 2021 bateram o recorde histórico do Banco, superando os R\$ 4,1 bilhões. Este montante foi 24,8% maior do que o verificado em 2020, em termos nominais. O número de operações contratadas atingiu 7.060, representando um aumento de 61,4% em comparação ao ano anterior. Esta pulverização do apoio creditício fomenta um número ímpar de pequenos e médios empreendimentos, cumprindo a missão social do desenvolvimento.

O volume contratado apresentou elevação em todos os setores de atividade em 2021. O setor com maior montante destinado foi o de Comércio e Serviços, com valor de R\$ 1,3 bilhão. A agropecuária obteve R\$ 904,1 milhões em créditos e a infraestrutura, o valor de R\$ 873,6 milhões. A variação percentual mais expressiva foi observada na agropecuária, com 89,8% na comparação com 2020.

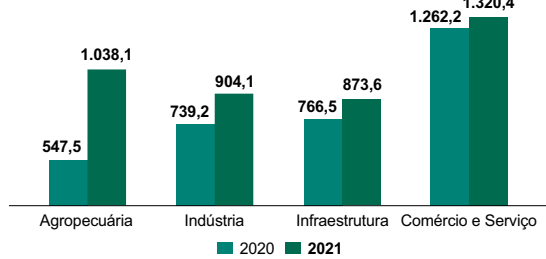
Contratações BRDE

R\$ milhões - Valores nominais



Contratações por setor

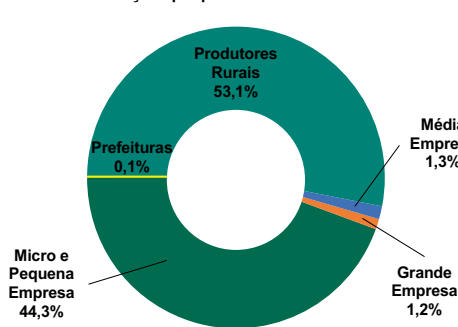
Valor contratado - R\$ milhões



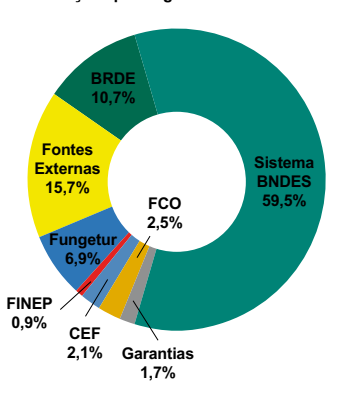
Em relação ao número de operações contratadas, 53,1% foram direcionadas aos produtores rurais e 44,3% às pequenas e médias empresas. Esses dados demonstram o sucesso do esforço do BRDE em apoiar os pequenos empreendedores, principalmente em época de dificuldade econômica.

O BRDE vem ampliando suas fontes de recursos nos últimos anos. Assim, vem formando novas parcerias com fornecedores de crédito, no âmbito nacional e internacional, bem como expandindo os relacionamentos já existentes. Do total contratado em 2021, 59,5% dos recursos vieram do Sistema BNDES. A segunda maior fonte de recursos do BRDE foram recursos internacionais (15,7%), equivalente a R\$ 649 milhões, oriundos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), três parcerias firmadas nos anos recentes com a internacionalização das fontes do BRDE. Além disso, o Banco lançou mão de recursos próprios a fim de minimizar os impactos da pandemia sobre a atividade econômica, num total de 10,7% das contratações totais.

Contratações por porte - Nº de clientes - 2021



Contratações por origem dos recursos - 2021



O Banco contou ainda com linhas voltadas ao turismo (Fundo Geral de Turismo - Fungetur, 6,9%), ao desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO, 2,5%), o apoio às prefeituras municipais através do Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (FGTS/CEF, 2,1%) e o apoio à inovação tecnológica com as linhas da Finep (0,9%).

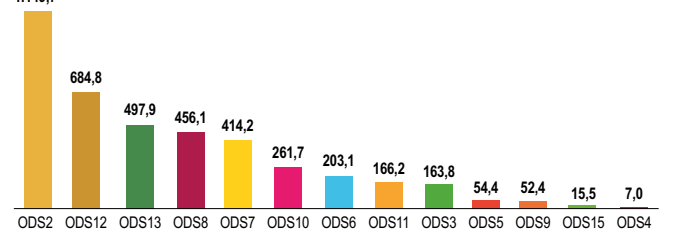
Também focando na diversificação de funding, faz parte da estratégia do BRDE ampliar sua participação no mercado de capitais nos próximos anos. Dentro dessa estratégia, o BRDE alcançou a expectativa de captação de recursos no mercado de capitais de 2021, com a emissão de R\$ 30 milhões em Recibos de Depósito Bancário (RDBs). A emissão, desenhada como um projeto piloto, compreendeu a venda de títulos a investidores do RS, SC e PR, e os recursos foram alocados no Fundo BRDE de Promoção ao Desenvolvimento Produtivo, Sustentável e Social dos Estados da Região Sul - BRDE PROMOVE SUL, retornando à economia na forma de concessão de crédito.

Aderência das contratações do BRDE aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) O ano de 2021 finalizou com contratações de crédito no valor total de R\$ 4,1 bilhões, dos quais R\$ 3,3 bilhões foram de operações diretas e R\$ 837,0 milhões contratados com o auxílio de instituições conveniadas. A Taxonomia de projetos/atividades sustentáveis do BRDE, uma iniciativa inédita, foi aplicada somente nas operações diretas. O resultado apontou que 74,2% do valor dos contratos efetivados de forma direta em 2021 possuem alinhamento a pelo menos um Objetivo Sustentável. Ou seja, em 2021, o BRDE disponibilizou R\$ 2,4 bilhões em crédito para projetos que ajudam no esforço global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, o BRDE apoia projetos aderentes a um, dois, três ou mais metas de diferentes ODS ao mesmo tempo, e essa metodologia também contabiliza esse esforço total, considerando a contribuição multiplicada dos financiamentos do Banco aos ODS. Este esforço multiplicado alcançou 125% do valor total contratado de forma direta em 2021. A seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelas contratações diretas realizadas pelo BRDE:

Contratações Diretas do BRDE por ODS - 2021

Valor contratado - R\$ milhões



Em 2021, o BRDE aportou mais de R\$ 1 bilhão em projetos que colaboram com os desafios do ODS 2, com a participação significativa de investimentos na infraestrutura de produção de alimentos, incluindo projetos das diversas cooperativas que são tradicionalmente clientes do Banco. O BRDE financiou R\$ 684 milhões, o que representa 20% das operações diretas em 2021, para projetos que contribuíram para os desafios do ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis. Os investimentos apoiados que mais impactam positivamente esse ODS são: geração de energia por fonte renovável, saneamento, florestas comerciais, manejo e disposição de resíduos sólidos e uso ou reciclagem de resíduos. Em 2021, o Banco lançou o Programa para Incentivo à Inovação e Disseminação de Energia Sustentável - BRDE Energia Sustentável. A iniciativa visa a implantação de empreendimentos de geração e transmissão de energia limpa e renovável, e eficiência energética.

O ODS 13 trata dos temas da adaptação e mitigação dos efeitos do clima, um dos maiores desafios de curto prazo para a sustentabilidade. O BRDE apoiou com aproximadamente R\$ 500 milhões projetos aderentes ao ODS 13 em 2021. A adaptação inclui projetos como irrigação (R\$ 19 milhões) e construção de açudes (R\$ 5 milhões), e a mitigação inclui projetos de geração de energias limpas e renováveis como PCH e CGH (R\$ 335 milhões) e fotovoltaica (R\$ 45 milhões), investimento na exploração de Florestas Comerciais (R\$ 77 milhões) e em parque e reservas naturais (R\$ 13 milhões), dentre outros.

Os financiamentos para o microcrédito, a ampliação do acesso financeiro às micro e pequenas empresas e o crédito para recuperação da economia tendo em vista os efeitos da pandemia são aderentes ao ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico. Em 2021, o BRDE financiou R\$ 456 milhões no crédito em operações diretas que colaboraram para os desafios do ODS 8. O BRDE obteve se empenhou nesse ano em efetivar 23 operações chamadas de segundo piso, num total de R\$ 233,7 milhões, para alavancar as microfinanças. Nesse tipo de modalidade, o Banco concede o crédito à instituição financeira que repassa os recursos aos pequenos empreendedores rurais e urbanos.

Novos Macroprogramas

O BRDE solidificou os seus Programas de Desenvolvimento em Macroprogramas, conforme a temática do projeto de investimento. Os Macroprogramas estabelecidos são: Agro, Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social, Inovação, Energia Sustentável, Turismo, Municípios, Microcrédito e Negócios. A nova estrutura passou a ser um importante norteador de toda a carteira de crédito do Banco, alinhada aos Objetivos Estratégicos.

Destaque Financeiros

O BRDE obteve seu segundo maior resultado da história em 2021, com o valor de R\$ 266,6 milhões de lucro líquido, o que representa uma elevação de 33,7% em relação ao ano anterior. Esse resultado foi influenciado principalmente pela redução das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, as quais passaram de R\$ 90,9 milhões em 2020 para R\$ 31,3 milhões em 2021, um decréscimo de 65,5%.

O Ativo total alcançou R\$ 17,1 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 2,9%. O patrimônio líquido cresceu 9,6%, totalizando R\$ 3,4 bilhões ao final de 2021, o que representa um novo recorde, que proporciona maior alavancagem e capacidade financeira para o Banco financiar o desenvolvimento da sua região de atuação.

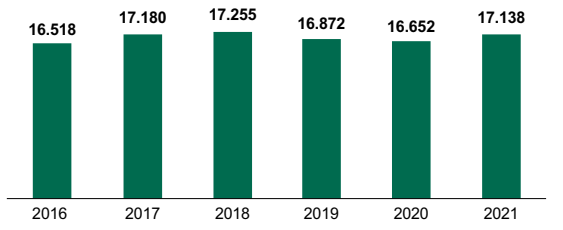
A carteira de operações de crédito do BRDE, ao final de 2021, era composta por 34,9 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.154 municípios, sendo 1.092 da Região Sul, 52 de Mato Grosso do Sul e 8 de São Paulo, estados limítrofes em que o Banco também atua.

O índice de inadimplência, a partir de 90 dias, continua sob controle, atingindo 0,58% em dezembro. O percentual é consideravelmente inferior à média do conjunto de bancos públicos, que atingiu 1,97%, do Sistema Financeiro Nacional (SFN), igual a 2,30%, e dos bancos privados, com 2,53%.

A redução significativa das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, da ordem de 65,5%, implicou na redução do percentual de provisãoamento da carteira do BRDE, que atingiu 2,53% em dezembro e continua em patamares inferiores aos apresentados por bancos públicos (5,5%) e para o conjunto do SFN (5,7%).

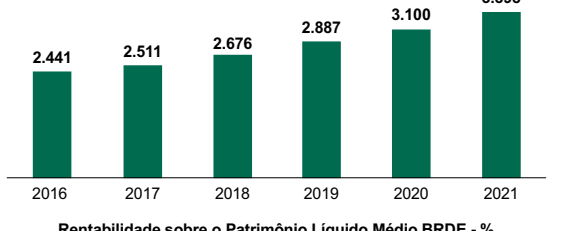
Ativo Total BRDE

R\$ milhões - Valores nominais

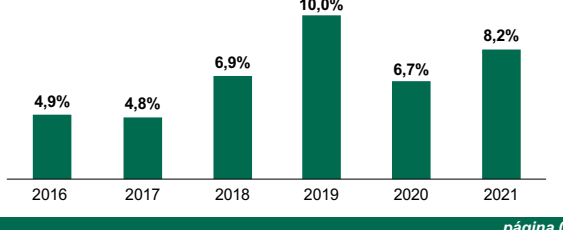


Patrimônio Líquido BRDE

R\$ milhões - Valores nominais



Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio BRDE - %



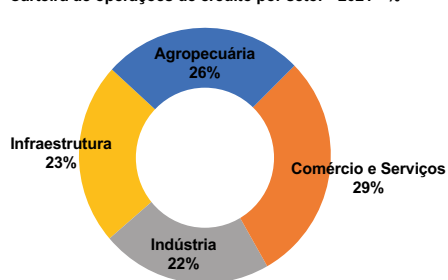


CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras Dezembro 2021

MENSAGEM DA DIRETORIA

Carteira de operações de crédito por setor - 2021 - %



Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo as suas aprovações de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br). Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Divulgação de Informações de Risco, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Relatório de Pilar 3 - Disciplina de Mercado) em relação à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 é encontrado na seguinte seção do site do BRDE: https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/.

Está disponível também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3.

Agradecimentos

O BRDE proporcionou aos empreendedores da sua região de atuação instrumentos para a auxiliar na retomada do crescimento econômico, tais como maior disponibilidade de crédito para capital de giro de maneira ágil, postergação do pagamento das parcelas de operações em andamento, além de manter seus esforços para apoiar, de forma financeira e técnica, projetos de investimentos sustentáveis e inovadores de empresas, produtores rurais e municípios. O desempenho operacional e financeiro demonstrou o sucesso dessas estratégias.

Esses resultados não seriam possíveis sem os esforços conjuntos com os estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS (AS NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRAM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Disponibilidades	5	7.004	42.995
Instrumentos financeiros		16.985.605	16.392.314
Títulos e valores mobiliários	5,6	2.870.017	2.783.192
Repasses interfinanceiros	7	132.221	-
Operações de crédito	7	13.909.459	13.575.737
Devedores por compra de valores e bens	7	68.117	30.542
Avais e fianças honradas	7	5.791	2.843
(-) Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.2	(346.053)	(358.077)
Outros ativos		149.905	196.468
Rendas a receber		11.995	7.578
Devedores por depósitos em garantia		89.604	91.330
Outros créditos	8	14.679	31.608
Ativos não financeiros mantidos para venda		34.125	66.786
(-) Provisão p/ redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda		(498)	(832)
Créditos tributários	16.3	283.447	321.862
Investimentos		602	602
Imobilizado	9	40.776	40.131
Imobilizado de uso		70.437	68.288
(-) Depreciação acumulada		(29.661)	(28.157)
Intangível	9	17.180	15.666
Ativos intangíveis		46.745	40.124
(-) Amortização acumulada		(29.565)	(24.458)
TOTAL DO ATIVO		17.138.466	16.651.961
PASSIVO			
Depósitos a prazo		30.976	-
Instrumentos financeiros		12.547.558	12.414.358
Repastes do país	10,1	11.608.201	12.032.528
Empréstimos e repastes do exterior	10,1	936.840	381.830
Instrumentos financeiros derivativos	6,2	2.517	-
Outras obrigações		719.491	660.175
Fundos financeiros e de desenvolvimento	11	491.704	493.078
Impostos e contribuições sobre o lucro		172.948	130.141
Outros impostos e contribuições		14.810	8.928
Outras obrigações	12	40.029	28.028
Provisões		140.910	145.104
Provisão para garantias financeiras prestadas	13	13.574	16.047
Provisão para contingências	14	98.388	103.616
Provisão para pagamentos a efetuar		28.948	25.441
Passivo atuarial	23	237.300	263.348
Obrigações fiscais diferidas	16,3	61.460	66.487
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2.457	2.628
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	3.398.314	3.099.861
Capital social		1.734.924	1.518.579
Reservas de capital		-	1.720.353
Reservas de lucro		1.770.620	-
Outros resultados abrangentes		(107.230)	(139.071)
TOTAL DO PASSIVO		17.138.466	16.651.961

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
	Nota	2º Semestre 2021	2º Semestre 2020	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas de intermediação financeira		764.525	679.841	1.396.733	1.371.125
Operações de crédito	7,8	661.795	637.509	1.241.434	1.274.186
Resultado com títulos e valores mobiliários		102.730	42.332	155.299	96.939
Despesas de intermediação financeira		(381.941)	(319.438)	(632.793)	(759.204)
Operações de captação		(854)	-	(975)	-
Operações c/empréstimos e repastes	10,2	(351.306)	(295.917)	(592.687)	(661.164)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7,6	(36.490)	(24.094)	(33.639)	(98.613)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6,2	6.709	573	(5.492)	573
Resultado da intermediação financeira		382.584	360.403	763.940	611.921
Outras receitas operacionais		62.121	34.037	110.778	67.310
Receitas de prestação de serviços	17	16.642	21.415	37.025	36.561
Outras receitas operacionais	18	45.479	12.622	73.753	30.749
Despesas operacionais		(184.711)	(165.075)	(336.345)	(293.309)
Despesa com pessoal	19	(106.680)	(105.941)	(199.108)	(189.552)
Outras despesas administrativas	20	(33.947)	(29.157)	(55.506)	(49.813)
Despesas tributárias	16,1	(21.625)	(16.961)	(39.714)	(32.631)
Outras despesas operacionais	21	(22.459)	(13.016)	(42.017)	(21.313)
Despesas com provisões		(6.429)	(7.283)	(20.041)	(13.760)
Trabalhistas		(4.373)	(5.373)	(9.400)	(9.470)
Cíveis e fiscais		(1.898)	(1.346)	(5.836)	(3.702)
Garantias financeiras prestadas		(158)	(564)	(4.805)	(588)
Resultado operacional		253.565	222.082	518.332	372.162
Outras receitas e despesas		15.262	(2.159)	16.472	(2.183)
Resultado antes dos tributos e participações		268.827	219.923	534.804	369.979
Impostos sobre o lucro	16,2	(125.835)	(97.420)	(221.958)	(158.409)
Corrente		(118.865)	(93.605)	(220.298)	(166.701)
Diferido		(6.970)	(3.815)	(31.660)	(8.292)
Participações no lucro		(6.875)	(6.282)	(16.234)	(12.264)
RESULTADO LÍQUIDO		136.117	116.221	266.612	199.306
Resultado líquido por ação (lotes de 1000 ações)		0,08	0,08	0,15	0,13

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital Social		Reservas de Capital		Reservas de Lucro	
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros	Fundo Regimental	Outros resultados abrangentes
Saldos em 01/07/2020	1.466.793	-	1.655.209	709	-	(154.069)
Ajustes de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	368
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	14.630
Aumento de capital	51.786	-	(51.786)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	116.221
Constituição de reservas	-	-	116.221	-	-	(116.221)
Saldos em 31/12/2020	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	89.850	-	-	1.760.998	(136.621)
Ajustes de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(316)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	29.707
Aumento de capital	216.345	(89.850)	-	-	(126.495)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	136.117
Constituição de reservas	-	-	-	-	136.117	(136.117)
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)
Saldos em 01/01/2020	1.270.593	72.600	1.695.724	709	-	(152.623)
Ajustes de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	49
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	13.503
Aumento de capital	247.986	(72.600)	(175.386)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	199.306
Constituição de reservas	-	-	199.306	-	-	(199.306)
Saldos em 31/12/2020	1.518.579	-	1.719.644	709	-	3.099.861
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)
Reclassificação contábil	-	-	(1.719.644)	(709)	1.720.353	-
Ajustes de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.731
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	30.110
Aumento de capital	216.345	-	-	-	(216.345)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	266.612
Constituição de reservas	-	-	-	-	266.612	(266.612)
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º Semestre 2021	2º Semestre 2020	Exercício 2021	Exercício 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	195.444	260.268	367.060	412.593
Lucro líquido do período ajustado	136.117	116.221	266.612	199.306
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	3.887	3.097	7.336	6.269
Ajuste a valor de mercado - ativos e passivos	(8.409)	(568)	5.218	(568)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.490	24.094	33.639	98.613
Provisão para garantias financeiras prestadas	(3.644)	(3.555)	(2.315)	(7.763)
Provisão para contingências	1.432	714	8.735	4.206
Provisão atuarial, líquido de reversões	22.601	116.450	14.658	118.869
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	-	-	1.517	1.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.970	3.815	31.660	(8.292)
Redução/(aumento) de ativos operacionais	(978.541)	21.877	(354.216)	100.408
Títulos e valores mobiliários	(142.631)	208.856	146.079	235.018
Repastes interfinanceiros	(132.221)	-	(132.221)	-
Operações de crédito	(710.567)	(170.855)	(379.384)	(127.029)
Outros instrumentos financeiros	(36.162)	(5.859)	(40.523)	(15.912)
Outros créditos	37.525	(8.984)	45.047	7.835
Créditos tributários	5.515	(1.281)	6.786	496
Aumento/(redução) de passivos operacionais	871.580	(165.433)	180.742	(508.730)
Instrumentos financeiros	707.726	(219.964)	130.957	(648.683)
Outras obrigações	238.349	177.404	251.965	428.565
Provisões	(9.453)	(1.617)	(10.615)	(12.155)
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	(58.867)	(114.943)	(45.765)	(119.761)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.598)	(20.930)	(177.470)	(166.701)
Resultado de exercícios futuros	32	(922)	(170)	(3.548)
Ajustes de avaliação patrimonial	29.391	14.999	31.840	13.553
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	88.483	116.712	193.586	4.271
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação no intangível	(2.251)	(3.871)	(6.925)	(5.020)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.947)	(2.856)	(2.638)	(3.722)
Alienação de imobilizado de uso	4	39	68	44
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de investimento	(4.194)	(6.688)	(9.495)	(8.698)
Aumento/(redução) no caixa e equiv. de caixa	84.289	110.024	184.091	(4.427)
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equiv. de caixa no início do período	683.237	473.412	583.436	587.863
Saldo de caixa e equiv. de caixa no fim do período	767.526	583.436	767.527	583.436
Aumento/(redução) no caixa e equivalente de caixa	84.289	110.024	184.091	(4.427)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	841.915			



BRDE
BANCO REGIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras Dezembro 2021

podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge** de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- **Hedge** de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, líquidos dos efeitos tributários, registrados em conta do patrimônio líquido.
As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:
• Objetivo do *hedge*; • Classificação e estratégia do *hedge*; • Procedimentos internos de escrituração; • Identificação de objeto e instrumento de *hedge*; • Testes e demonstração da efetividade.

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito
Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "pro rata" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.
A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.
As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhoria.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos provisões mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

3.8 Imobilizado
Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses
São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base "pro rata" dia.

3.11 Impostos e contribuições
A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 16 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste semestre.
Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2021, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 16.3, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: ocorrem basicamente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Passivo atuarial
O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:
- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos
Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4) SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE
Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Item patrimonial - ATIVO				
Disponibilidades	7.004	42.995	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.840.066	29.951.274	039	19.153
Repasses interfinanceiros	16.317	115.904	-	-
Operações de crédito	2.579.081	11.330.378	2.429.374	11.146.363
Devedores por compra de valores e bens	8.430	59.687	4.128	26.414
Avais e fianças honradas	5.444	347	1.108	1.735
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(75.410)	(270.643)	(42.265)	(315.812)
Rendas a receber	11.995	7.578	-	-
Devedores por depósitos em garantia	-	89.604	-	91.330
Outros créditos	14.679	25.314	6.292	-
Ativos não financeiros mantidos p/ venda	-	34.125	66.786	-
(-) Provisão p/redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos p/ venda	-	(498)	(832)	-
Créditos tributários	-	283.447	-	321.862
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.776	-	40.131
Intangível	-	17.180	-	15.666

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Item patrimonial - PASSIVO				
Depósitos a prazo	-	30.976	-	-
Repasses do país	2.695.988	8.912.213	2.390.672	9.641.856
Empréstimos e repasses no exterior	87.275	849.565	23.826	358.004
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.517	-	-
Fundos financeiros e de desenvolvimento	491.704	-	493.078	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	172.948	-	130.141	-
Outros impostos e contribuições	14.810	-	8.928	-
Outras obrigações	18.283	21.746	28.028	-
Provisão para contingências	-	98.388	-	103.616
Prov. p/garantias financeiras prestadas	-	13.574	-	16.047
Provisão para pagamentos a efetuar	21.635	7.313	19.669	5.772
Passivo atuarial	-	237.300	-	263.348
Obrigações fiscais diferidas	-	61.460	-	66.487

	2021	2020
Disponibilidades	7.004	42.995
Contas de fundos de investimentos	760.522	540.441
Total	767.526	583.436

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS				
Carteira própria - nota 6.1	1.890.560	2.094.451	-	-
Contas de fundos de investimento - recursos do FSA	218.935	147.727	-	-
Instrumentos derivativos - nota 6.2	-	573	-	-
Total	2.109.495	2.242.751	-	-

6.1 Carteira própria
Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento enquanto as cotas de companhias abertas são classificadas como para negociação.

	2021	2020
a) Fundo exclusivo de investimento - fundo exclusivo BB (a)	1.587.345	1.811.168
Contas de fundos de investimento - fundo CEF	283.711	271.622
Contas de fundos de investimento - outros fundos	79	119
Contas de fundos em participações (b)	14.345	9.609
Ações de companhias abertas (c)	5.080	1.933
Total	1.890.560	2.094.451

Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 10.526 (2020 - R\$ 7.610) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	2021	2020
Letras financeiras do tesouro nacional	866.138	1.011.822
Notas do tesouro nacional-B	349.827	330.552
Letras tesouro nacional	106.896	117.364
Letras financeiras bancos	264.484	351.430
Total do fundo de investimento	1.587.345	1.811.168
Contas oferecidas em garantia	10.526	7.610
Total do fundo de investimento disponível	1.576.819	1.803.558

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 31 de dezembro a seguinte situação:

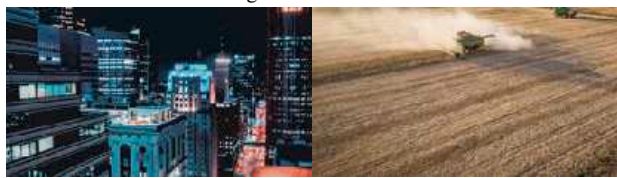
	Nível de risco										2021		2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Empréstimos	158.183	391.115	136.424	31.092	3.950	1.312	1.216	523	37.634	761.449	5,4%	400.626	2,9%	
Financiamentos	1.886.300	2.601.674	916.285	351.368	136.239	8.442	6.710	33.516	150.606	6.091.140	43,2%	6.068.285	44,6%	
Financiamentos rurais	3.856.075	2.906.074	184.569	55.994	14.617	6.073	1.915	2.022	29.531	7.056.870	50,0%	7.106.826	52,3%	
Total operações de crédito	5.900.558	5.898.863	1.237.278	438.454	154.806	15.827	9.841	36.061	217.771	13.909.459	98,8%	13.575.737	99,8%	
Repasses interfinanceiros	9.621	122.600	-	-	-	-	-	-	-	132.221	0,9%	-	0,0%	
Outros créditos	60.137	7.833	-	-	66	5.791	-	81	-	73.908	0,5%	33.385	0,2%	
Total da carteira de crédito	5.970.316	6.029.296	1.237.278	438.454	154.872	21.618	9.841	36.142	217.771	14.115.588	100%	13.609.122	100%	
% da carteira	42,3%	42,7%	8,8%	3,1%	1,1%	0,2%	0,1%	0,3%	1,5%	100%		100%		

	Nível de risco										2021		2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Provisão regulamentar	-	30.107	12.373	13.154	15.481	4.748	4.920	25.242	217.771	323.796		327.606		
Provisão adicional	-	-	-	-	7.740	1.583	1.476	9.015	-	19.814		29.324		
Provisão das operações crédito	-	30.107	12.373	13.154	23.221	6.331	6.396	34.257	217.771	343.610		356.930		
Provisão outros créditos¹	-	39	-	-	10	2.317	-	77	-	2.443		1.147		
Provisão esperada perdas associadas ao risco de crédito	-	30.146	12.373	13.154	23.231	8.648	6.396	34.334	217.771	346.053		358.077		

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honradas e devedores por compra de bens e valores. A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao valor requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 e constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

	Operações em curso normal										2021		2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Parcelas Vencidas	5.963.352	6.022.593	1.216.585	369.800	147.675	14.860	6.012	32.339	167.438	13.940.654		13.335.850		
Até 3 meses	309.335	239.807	48.533	17.046	6.059	5.056	260	916	6.734	633.746		598.883		
De 3 a 12 meses	934.138	738.397	142.504	56.386	16.447	3.082	1.160	2.336	28.527	1.748.839		1.748.839		
De 1 a 3 anos	1.809.228	1.808.267	367.101	127.458	37.618	3.731	2.134	7.544	31.402	4.194.483		4.055.336		
De 3 a 5 anos	1.281.524	1.281.088	263.005	83.117	27.291	1.554	1.357	8.799	22.959	2.970.694		2.808.714		
Acima de 5 anos	1.629.127	1.955.034	395.442	85.793	60.260	1.437	1.101	12.744	77.816	4.218.754		4.124.078		

	Operações em curso anormal - com atraso superior a 14 dias										2021		2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Parcelas Vencidas	743	889	1.306	4.001	728	963	212	600	12.615	22.057		33.438		
Parcelas Vencidas	6.221	5.814	19.387	64.653	6.469	5.795	3.617	3.203	37.718	152.877		239.834		
Até 3 meses	111	54	1.066	2.089	427	253	309	157	2.425	6.891		11.502		
De 3 a 12 meses	989	966	3.995	7.160	1.629	980	850	503	6.521	23.593		40.908		
De 1 a 3 anos	2.285	2.275	8.767	18.379	3.465	2.361	1.777	1.237	11.341	51.887		83.837		
De 3 a														



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras Dezembro 2021

10) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

10.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2044, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	2021				2020
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Repasses do país	2.695.989	5.672.587	3.239.625	11.608.201	12.032.528
BNDES	1.956.336	4.455.743	2.667.406	9.079.485	9.617.542
FINAME	467.941	534.260	188.691	1.190.892	1.316.718
FINEP	76.498	227.832	34.695	339.025	351.584
BB	38.152	115.673	60.085	213.910	178.557
CEF	31.468	133.424	231.731	396.623	345.077
FUNGETUR	120.395	205.439	57.017	382.851	215.008
Outros	5.199	216	-	5.415	8.042
Empréstimos e repasses do exterior	87.275	460.181	389.384	936.840	381.830
AFD	31.967	174.486	284.731	491.184	316.382
CAF	44.891	241.728	70.082	356.701	22.570
BEI	10.417	43.967	34.571	88.955	42.878
Total - 2021	2.783.264	6.132.768	3.629.009	12.545.041	
Total - 2020	2.414.523	6.342.462	3.657.373		12.414.358

Sobre as operações com o mercado exterior: AFD - operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final; CAF - as tranches desse contrato são liberadas conforme a necessidade do BRDE, sendo que as mesmas são repassadas em moeda corrente nacional; BEI - o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou swap (nota 6.2). As demais operações são repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

10.2 Despesa com repasses

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Despesa com repasses do BNDES	242.055	233.285	471.309	499.206
Despesa com repasses da FINAME	24.962	24.793	48.706	48.753
Despesa com repasses da FINEP	5.305	4.601	9.324	9.033
Despesa com repasses do BB	2.555	3.182	6.069	7.586
Despesa com repasses da CEF	14.874	9.104	25.629	15.747
Despesa com repasses de outras instituições do país	15.273	5.396	25.473	6.942
Despesa com repasses do exterior	46.282	15.556	6.177	73.897
Total	351.306	295.917	592.687	661.164

11) FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	2021	2020
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) (1)	218.935	147.727
Ministério do Turismo - FUNGETUR (2)	272.769	335.337
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - FUNCAFE (2)	-	10.014
Total	491.704	493.078

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil. (2) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionadas com a atividade fim.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Participação nos lucros e resultados	11.317	7.960
Honras de fundos garantidores (1)	18.283	1.895
Fornecedores de bens e serviços	2.938	4.448
Valores de mutuários a regularizar (2)	5.894	9.964
Pendências a regularizar	89	2.837
Outras	1.508	924
Total	40.029	28.028

(1) no primeiro semestre de 2021 o BRDE transferiu do grupo de obrigações por repasses o montante de R\$ 49.964, sendo o valor original de R\$ 15.919 transferido para essa conta e o restante, correspondente aos juros, transferidos para o resultado conforme nota 18.

(2) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renovações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

13) PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

Em 31/12/2021 o montante garantido é R\$ 95.598 (2020 - R\$ 96.254) e o total de provisão atinge R\$ 13.574 (2020 - R\$ 16.047). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

14) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	Baixa por:			
	2020	Constituição	Atualização	Reversão Pagamento 2021
Previdenciárias	14.654	-	278	(176)
Trabalhistas	31.043	7.028	2.317	(4.511)
Cíveis	57.919	3.830	1.932	(1.963)
Total	103.616	10.858	4.527	(6.650)

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositadas em juízo.

De acordo com a nota 3.12 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 101.589 (2020 - R\$ 99.930), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos: a. R\$ 52.565 referem-se a honorários de sucumbência; b. R\$ 4.408 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e c. R\$ 1.538 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência. Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 57.370. Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que somam R\$ 2.382. Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 25.511 (2020 - R\$ 24.876).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social
O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.734.924.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Houve, após aprovação do Banco Central em 12/07/2021 e 22/09/2021, dois aumentos de capital nos valores de R\$ 89.850 e R\$ 126.495, oriundos da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021, respectivamente, e de integralização de reservas.

c. Reserva de lucro

No primeiro semestre de 2021, patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental, que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital.

16) IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido - de 01/2019 a 02/2020	15,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido - de 03/2020 a 06/2021(1)	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido - de 07/2021 a 12/2021(2)	25,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019. (2) majoração aprovada pela Lei 14.183/2021

16.1 Despesas tributárias

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
PIS	2.729	2.090	5.000	4.063
COFINS	16.795	12.861	30.772	25.005
ISS	1.110	1.071	2.129	1.779
Outros	991	939	1.813	1.784
Total	21.625	16.961	39.714	32.631

16.2 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	2º semestre - 2021		2º semestre - 2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício, antes da tributação	252.593	252.593	213.640	213.640
Adições e exclusões				
Provisão para passivos contingentes..	(8.446)	(8.446)	(588)	(588)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(3.804)	(3.804)	(3.555)	(3.555)
Provisão para operações de crédito....	21.033	21.033	(12.990)	(12.990)
Créditos baixados como prejuízo	(14.368)	(14.368)	3.696	3.696
Provisão para outros créditos	1.367	1.367	(1.264)	(1.264)
Provisão para assistência médica	7.449	7.449	14.933	14.933
Ajuste a mercado - swap	(10.770)	(10.770)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	1.837	1.837	(803)	(803)
Renegociações tributadas por caixa	5.590	5.590	11.944	11.944
Recuperações judiciais - deferimento	(1.875)	(1.875)	4.047	4.047
Outros, líquidos	(2.253)	(2.752)	(8.924)	(9.372)
Base de cálculo	248.355	247.856	220.136	219.688
Imposto calculado	(37.254)	(49.571)	(33.020)	(32.953)
Adicional de imposto	(24.824)	(12.483)	(22.002)	(10.582)
Incentivos fiscais	5.267	-	4.952	-
Total provisão do imposto	(56.811)	(62.054)	(50.070)	(43.535)
Crédito tributário (líquido de reversões)	(1.629)	(5.341)	4.995	(8.810)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(58.440)	(67.395)	(45.075)	(52.345)
Exercício - 2021	189.915	185.459	165.061	167.343
Exercício - 2020	158.571	145.248	118.565	115.338

Resultado do exercício, antes da tributação

	2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício, antes da tributação	518.571	518.571	357.715	357.715
Adições e exclusões				
Provisão para passivos contingentes..	(5.228)	(5.228)	(10.438)	(10.438)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(2.474)	(2.474)	(7.763)	(7.763)
Provisão para operações de crédito....	(13.320)	(13.320)	40.404	40.404
Créditos baixados como prejuízo	(37.248)	(37.248)	(57.897)	(57.897)
Provisão para outros créditos	1.296	1.296	681	681
Provisão para assistência médica	12.607	12.607	13.445	13.445
Ajuste a mercado - swap	2.246	2.246	-	-
Atualização de depósitos judiciais	2.043	2.043	5.483	5.483
Renegociações tributadas por caixa	938	938	12.810	12.810
Recuperações judiciais - deferimento	(1.774)	(1.774)	36.867	36.867
Outros, líquidos	(2.321)	(3.124)	(431)	(1.161)
Base de cálculo	475.336	474.533	390.876	390.146
Imposto calculado	(71.300)	(94.907)	(58.631)	(58.522)
Adicional de imposto	(47.510)	(12.483)	(39.064)	(16.075)
Incentivos fiscais	5.902	-	5.591	-
Total provisão do imposto	(112.908)	(107.390)	(92.104)	(74.597)
Crédito tributário (líquido de reversões)	(17.389)	(14.271)	10.868	(2.576)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(130.297)	(121.661)	(81.236)	(77.173)

16.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

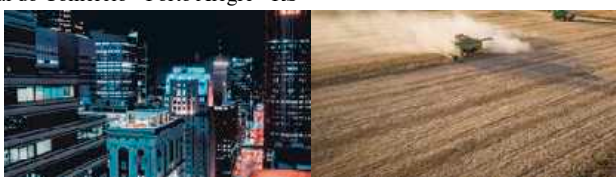
a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

	2020		2021	
	Constituição	Reversão	Constituição	Reversão
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	284.613	70.931	102.559	252.985
Reflexo no resultado				
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	64.876	8.904	(33.159)	40.621
Prov. p/perdas c/operações de crédito..	148.782	34.573	(42.945)	140.410
Provisão para garantias financeiras prestadas	7.221	3.132	(4.245)	6.108
Provisão para contingências	46.627	5.508	(7.861)	44.274
Provisão p/perdas com outros créditos...	516	648	(67)	1.097
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	374	583	(733)	224
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	15.644	7.838	(3.649)	19.833
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	7.220	(7.220)	-
Licença prêmio em aquisição	267	2.525	(2.680)	112
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	37.249	661	(7.448)	30.462
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	32.200	356	(3.517)	29.039
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.861	258	(1.675)	444
Passivo atuarial PB II - abrangente	3.188	47	(2.256)	979
Total geral - créditos tributários	321.862	71.592	(110.007)	283.447
2020	2020	2021	2021	
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	1.853	-	-	1.853
Renegociações REFIS/RECOOP	24.806	907	(499)	25.214
Atualização depósitos judiciais	28.773	13.342	(12.063)	30.052
Renegociações tributadas por caixa	5.996	894	(2.549)	4.341
Recuperação judicial - deferimento	5.059	-	(5.059)	-
Ativo atuarial - PB I	66.487	15.143	(20.170)	61.460
Total geral - débitos tributários	107.028	24.851	(18.271)	104.607

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos
Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 86.527 (2020 - R\$ 86.888).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários		Débitos tributários	
	Valor	%	Valor	



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras Dezembro 2021

23.2.2 - Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Obrigações atuariais no início do período	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352
Custo do serviço corrente liq.	123	192	1.152	968	805	702
Contribuições de participantes realizadas no período	892	840	-	-	-	-
Despesa de juros	65.766	67.218	1.949	1.676	18.260	18.279
Benefícios pagos no período (Ganhos/perdas - mudanças nas premissas demográficas)	(67.683)	(63.524)	(737)	(804)	(6.458)	(5.536)
(Ganhos/perdas - mudanças nas premissas demográficas nas premissas financeiras)	(4.974)	-	(406)	-	-	-
(Ganhos/perdas - ajustes pela experiência)	(180.917)	(8.379)	(7.098)	(2.346)	(33.960)	(15.217)
Passivo (ativo) atuarial liq.	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398

23.2.3 - Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do período	(1.143.214)	(1.167.285)	(21.422)	(20.075)	-	-
Benefícios pagos no período	67.683	63.524	737	804	-	-
Contrib. de participante realizadas no período	(892)	(840)	-	-	-	-
Contrib. do empregador realizadas no período	(8.497)	(3.200)	(1.690)	(1.579)	-	-
Receita de juros	(73.622)	(77.642)	(1.572)	(1.443)	-	-
Retorno sobre os ativos (acima) da receita de juros	95.905	42.229	499	871	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.422)	-	-

23.2.4 - Conciliação do efeito do teto de ativo (asset ceiling)

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Efeito do teto de ativo no início do período	105.840	135.366	-	-	-	-
Despesa de juros	7.013	9.249	-	-	-	-
Mudanças no efeito do teto de ativo	57.916	(38.775)	-	-	-	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	170.769	105.840	-	-	-	-

23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes. A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(11.244)	(15.791)	5.950	3.977	257.398	259.352
Custo do serviço corrente liq.	123	192	1.152	968	805	702
Despesa de juros - valor presente das obrig. atuariais	65.766	67.218	1.949	1.676	18.260	18.279
Despesa de juros - efeito do teto de ativo	7.013	9.249	-	-	-	-
Receita de juros - valor justo dos ativos	(73.622)	(77.642)	(1.572)	(1.443)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado (Ganhos/perdas no valor presente das obrig. atuariais)	(720)	(983)	1.529	1.201	19.065	18.981
Mudanças no efeito do teto de ativo	(133.360)	5.276	(5.408)	1.480	(33.585)	(15.399)
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	57.916	(38.775)	-	-	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	95.905	42.229	499	871	-	-
Contrib. do banco no período	20.461	8.730	(4.909)	2.351	(33.585)	(15.399)
Contrib. do plano no período	(8.497)	(3.200)	(1.690)	(1.579)	(6.458)	(5.536)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(11.244)	880	5.950	236.420	257.398	-

23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Renda fixa	79,69%	84,54%	73,40%	76,32%
Renda variável	4,17%	4,51%	9,58%	11,73%
Imobiliário	0,60%	0,48%	0,14%	0,13%
Estruturado	11,02%	10,09%	10,42%	9,87%
Carteira de empréstimos	4,03%	0,38%	1,55%	1,94%
Outros	4,09%	0,00%	4,90%	0,00%

23.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco. As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a duração de cada plano de benefícios pós-emprego: 9,10 anos para o PB I, 17,42 anos para o PB II e 17,41 anos para o PAS. O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Taxa de desconto atuarial (real)	5,25%	3,20%	5,43%	3,80%	5,43%	3,80%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,25%	3,20%	5,43%	3,80%	5,43%	3,80%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	4,21%	3,70%	4,21%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%	100%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%	100%
Inflação esperada	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%
Taxa de desconto nominal	10,54%	6,63%	10,73%	7,25%	10,73%	7,25%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	10,54%	6,63%	10,73%	7,25%	10,73%	7,25%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,92%	7,67%	8,92%	7,67%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%	5,03%	6,94%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 100%), segregada por sexo					
Mortalidade de inválidos	MIB5, segregada por sexo					
Entrada de inválidos	Alvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade ao benef. programado			60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, cfme. cadastro	Família efetiva (conforme informações cadastrais)			
Aging fator	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	Experiência do Grupo
Take Up	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

23.5.1 - Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(33.319)	(1.424)	(15.289)	(3,7%)	(5,9%)	(6,5%)
desconto	redução de 0,5 p.p	35.731	1.575	17.309	4,0%	6,5%	7,3%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	16.260	(193)	11.300	1,8%	(0,8%)	4,8%
redução de 1 ano		(16.210)	221	(11.089)	(1,80%)	0,9%	(4,7%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	17.455	-	-	7,4%
redução de 0,5 p.p		-	-	(15.543)	-	-	(6,6%)

23.6 - Fluxos de caixa futuros:

23.6.1 - Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido em 2021	Esperado em 2022	Ocorrido em 2021	Esperado em 2022	Ocorrido em 2021	Esperado em 2022
Contribuições do empregado	8.497	7.982	1.690	1.774	6.458	11.923
Contribuições do participante	892	39	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	67.683	72.272	737	1.137	6.458	11.923
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

23.6.2 - Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações:

	Plano Benefícios I		Plano Benefícios II		PAS	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Até 2022	350	7	101	56	52	128
2023 a 2031	317	10	10	52	-	-
Após 2031	732	101	-	-	-	-

24) PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE. O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Locação de salas	(376)	(364)	(740)	(719)
Ressarcimento de salários	349	382	683	627
Contribuição patronal	(3.683)	(4.243)	(8.312)	(7.510)
Total	(3.710)	(4.225)	(8.369)	(7.602)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	7.305	5.662
Diretoria	6.831	5.114
Conselho de Administração	360	438
Comitê de Auditoria	114	110
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	340	128
Total	7.645	5.790

c) Agência de Fomento da Paraná S/A - FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2021 é de R\$ 9.621.

25) GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e como normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Appetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária, e para isso define os níveis aceitáveis de risco que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO), e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor. O BRDE não recebe depósitos à vista e nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. No fechamento do período ora reportado, captou R\$ 30.000 mil por meio da emissão de recibos de depósito bancário - RDBs, a serem alocados em operações de crédito. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão, e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

26) CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2021	2020
Patrimônio de Referência	3.381.134	3.084.195
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	16.515.896	16.559.952
Risco de Crédito - RWACPAD	15.230.007	15.346.353
Risco de Mercado - RWAMPAD	112.887	3.867
Risco Operacional - RWAOPAD	1.173.002	1.209.732
Índice de Basileia	20,47	18,62

27) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB nº 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, impactado pela pandemia causada pela COVID-19, a retomada gradual e a projeção dos juros para 2022 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- Qualidade da carteira de crédito: para o principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de funding e a procura por crédito;
- Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito - variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(17.303)	17.303	34.605

Cenários

Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(32.726)	65.452	98.177
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	118.304	127.781	137.216
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras Dezembro 2021

descreve as representações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos de disponibilidades para instrumentos financeiros na subconta de títulos e valores mobiliários, em decorrência da natureza das operações; e (ii) dos saldos de resultado com títulos e valores mobiliários para resultado com instrumentos financeiros derivativos, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 14.115.588 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 346.053 mil, sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito e despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 1.241.434 mil e R\$ 33.639 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origemação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos "ratings" atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis. Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando

R\$ 237.300 mil, em 31 de dezembro de 2021. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 283.447 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante

no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2022.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

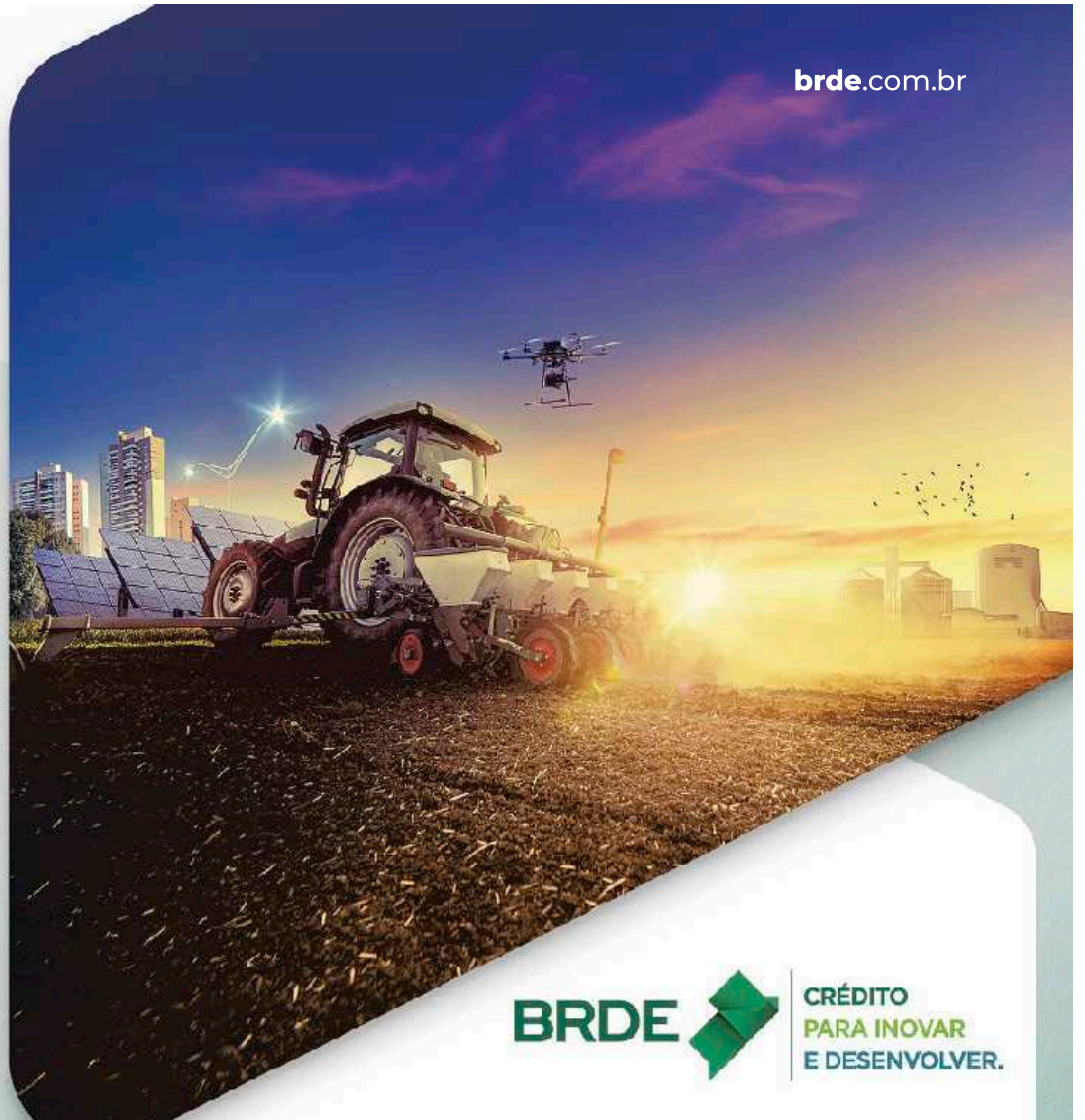
Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS 062793/O-8

BRDE.

Grandes resultados se conquistam com quem acredita no desenvolvimento.

R\$ 4,136

bilhões em contratações para a região sul.



brde.com.br

BRDE



CRÉDITO PARA INOVAR E DESENVOLVER.

Archel Construções e Participações S/A

CNPJ(MF): 09.056.774/0001-09 - NIRE: 43300050564

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixas e as Notas Explicativas, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021. Outrossim, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos julgados oportunos ou convenientes.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (EM R\$)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2021 E 31/12/2020 (EM R\$)			
	Exerc. 2021	Exerc. 2020	Notas		Exerc. 2021	Exerc. 2020	Notas
ATIVO	71.053.269,04	60.764.755,28		PASSIVO	71.053.269,04	60.764.755,28	
CIRCULANTE	33.771.206,59	31.046.057,74		CIRCULANTE	13.972.992,76	6.909.465,01	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.459.116,71	12.934.319,19		FORNECEDORES	2.488.301,96	726.078,63	
Caixa	3.993,38	3.950,08		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	57.719,69	467.095,57	
Bancos	63,14	85,49		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	79.976,22	51.743,20	
Aplicações	3.1	7.455.060,19	12.930.283,62	PARCELAMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	3.10	379.790,45	240.529,62
CLIENTES	3.2	1.472.490,38	1.160.471,25	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		29.558,56	49.278,31
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		2.926.144,61	2.706.584,25	ADIANTAMENTO DE CLIENTES		1.465.714,66	1.082.853,72
IMPOSTOS A RECUPERAR		92.281,85	70.046,98	PROVISÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		81.624,38	103.121,31
OUTROS CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		9.296.622,57	1.726.889,49	RETENÇÕES TÉCNICAS CONTRATUAIS		0,00	92.448,18
Dividendos/Participações a Receber	3.4	9.296.622,57	1.726.889,49	ADIANTAMENTOS DE CONSORCIADOS/SCPs	3.13	4.925.821,44	4.096.316,47
ADIANTAMENTOS PARA CONSORCIADOS/SCPs	3.5	12.315.133,92	12.238.330,03	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS A PAGAR		4.464.485,40	0,00
ESTOQUES		209.416,55	209.416,55	NÃO CIRCULANTE		4.891.644,98	5.290.485,83
NÃO CIRCULANTE		37.282.062,45	29.718.697,54	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.891.644,98	5.290.485,83
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.964.821,04	5.713.354,04	RENDAS A APROPRIAR CRÉDITOS			
Créditos Junto a Empresas Ligadas		3.664.460,94	38.717,33	ADQUIRIDOS	3.12	3.540.237,14	3.540.237,14
Empréstimos a Acionistas	3.6	861.880,72	919.002,10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	23.638,41
Direitos de Créditos Adquiridos	3.3	4.755.634,61	4.755.634,61	CRÉDITOS DIVERSOS	3.11	480.000,00	718.857,63
Empréstimos a Terceiros		3.682.844,77	0,00	PARCELAMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	3.10	871.407,84	1.007.752,65
INVESTIMENTOS	3.7	23.188.650,74	23.019.339,65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		52.188.631,30	48.564.804,44
SCP Polibhela Industrial		2.500.000,00	2.500.000,00	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.14	12.314.968,00	12.314.968,00
RC7 Administração - SPE LTDA		2.178.801,44	2.180.385,27	RESERVA DE LUCROS		39.873.663,30	36.249.836,44
RRMM Participações LTDA		17.912.392,04	17.740.152,81				
MMRR Participações LTDA		287.074,61	288.418,92				
Estruturadora de Proj. Pub. - Priv. LTDA		310.382,65	310.382,65				
MOBILIZADO	3.8	1.128.590,67	986.003,85				
Móveis e Utensílios		43.652,31	42.353,71				
Máquinas e Equipamentos		1.098.627,41	1.098.627,41				
Equipamentos Informática		43.354,21	30.057,21				
Veículos		1.000.066,52	722.526,52				
Quotas Consórcios		53.667,53	45.661,33				
Telefones e aparelhos		3.998,00	0,00				
(-) Depreciações		(1.114.775,31)	(953.222,33)				
INTANGÍVEL	3.9	0,00	0,00				
Acervo Técnico		4.546.919,00	4.546.919,00				
Software (Licença de Uso)		17.369,47	17.369,47				
(-) Amortizações		(4.564.288,47)	(4.564.288,47)				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO EM 31/12/2021 E 31/12/2020 (Em R\$)						
Mutações/Contas	Capital Social	Reserva de Lucros				Total
		Reserva Invest.	Reserva Legal	Lucros a Distribuir	Total das Reservas	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.314.968,00	6.960.016,70	1.490.628,89	3.290.563,23	11.741.208,82	24.056.176,82
Lucros Distribuídos Exercícios Anteriores	-	-	-	(3.798.312,42)	(3.798.312,42)	(3.798.312,42)
Destinações Legais e Estatutárias	-	11.341.367,73	972.364,71	(12.313.732,44)	-	-
Despesas/Receitas Exercícios Anteriores	-	-	-	(46.479,28)	(46.479,28)	(46.479,28)
Resultado do Exercício de 2020	-	-	-	28.353.419,32	28.353.419,32	28.353.419,32
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.314.968,00	18.301.384,43	2.462.993,60	15.485.458,41	36.249.836,44	48.564.804,44
Lucros Distribuídos Exercícios Anteriores	-	-	-	(9.571.413,38)	(9.571.413,38)	(9.571.413,38)
Destinações Legais e Estatutárias	-	-	-	-	-	-
Despesas/Receitas Exercícios Anteriores	-	-	-	(964.727,88)	(964.727,88)	(964.727,88)
Resultado do Exercício de 2021	-	-	-	14.159.968,12	14.159.968,12	14.159.968,12
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.314.968,00	18.301.384,43	2.462.993,60	19.109.285,27	39.873.663,30	52.188.631,30

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2021.

1. Contexto Operacional:
 A Archel Construções e Participações S/A, tem sede social na Rua Vinte de Setembro, 404, conjunto 404 em Porto Alegre, RS, Brasil, sendo uma sociedade anônima de capital fechado. O objetivo social é o projeto, execução, administração, consultoria e supervisão em obras de construção civil em geral, instalações elétricas, prediais, residenciais, comerciais e industriais, subestações transformadoras, iluminação pública, redes elétricas aéreas e subterrâneas, montagens eletromecânicas, redes de distribuição, instalação de ar condicionado, construção e/ou reformas de linhas de transmissão, substituição de elos fusíveis de AT e BT, canalização para instalação subterrânea de linhas e redes de energia elétrica. Instalações hidráulicas, instalações de redes de proteção contra incêndio, instalações industriais, saneamento, canais e galeria, reservatórios em concreto armado, redes de distribuição de água, estações de tratamento de esgoto cloacal, instalações hidrossanitárias de prédios, estações de bombeamento e sistemas de irrigação, pavimentação com paralelepípedos, pedras e blocos de concreto pré-moldados, terraplenagens, drenagens, aterros hidráulicos, rebaixamento de lençol freático, diques e barragens e aterros sanitários, bem como locação de veículos e equipamentos. O comércio e indústria de máquinas e materiais de construção, participação societárias e a administração de patrimônio próprio.

2. Práticas Contábeis:
 As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em R\$ (reais) e foram elaboradas de acordo com a Lei 11.638/07, Lei 11.941/2009, Normas Brasileiras de Contabilidade, características de Contabilidade, Pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Observando-se que foram adotadas todas as formalidades determinadas pela NBC TG 1000(R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/09 e demais legislações fiscais vigentes e suas atualizações.

2.1 Regime Fiscal Federal Adotado no Exercício:
 A empresa optou pelo regime tributário do Lucro Real, aplicando o reconhecimento das receitas tributáveis pelo método do regime de competência, considerando no decorrer do exercício o regime de caixa para apuração dos impostos no que tange às operações de serviços prestados a órgãos públicos.

2.2 A empresa teve durante o exercício de 2021 suas operações comerciais concentradas nos contratos formados através de Consórcios e SCPs.

3. Observações relevantes:
3.1. A Conta "Aplicações Financeiras" representa a disponibilidade financeira de liquidez imediata em 31 de dezembro de cada exercício social, tem sua composição da seguinte forma:

Aplicações Financeiras	2021	2020
Bradesco CCDI	R\$ 1.297.107,58	R\$ 10.300.101,29
Bradesco Debentures	R\$ 1.030.136,28	R\$ 2.630.182,33
Trust	R\$ 4.228.741,81	R\$ 0,00
Banrisul Fundo Aut.	R\$ 372,84	R\$ 0,00
Itaú Active Fix 5	R\$ 256.892,96	R\$ 0,00
Itaú Diferenciado IQ	R\$ 513.596,45	R\$ 0,00
Carteira Itaú	R\$ 124.389,48	R\$ 0,00
Itaú Aut Mais	R\$ 3.822,79	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 7.455.060,19	R\$ 12.930.283,62

3.2. A rubrica "Créditos com Clientes" representa o saldo das contas a receber sobre as operações comerciais efetuadas a prazo, tendo sua composição da seguinte forma:

Créditos Realizados	2021	2020
Créditos de Clientes	R\$ 1.472.490,38	R\$ 1.160.471,25
TOTAL	R\$ 1.472.490,38	R\$ 1.160.471,25

3.3. A rubrica "Dividendos/Participações a receber" compõe a seguinte distribuição:

Dividendos/Participações a Receber	2021	2020
SCP AMBEV Macéio	R\$ 0,00	R\$ 1.726.889,49
RRMM PARTICIPAÇÕES	R\$ 8.829.116,36	R\$ 0,00
MMRR PARTICIPAÇÕES	R\$ 467.506,21	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 9.296.622,57	R\$ 1.726.889,49

3.4. A rubrica "Adiantamento para Consorciados e SCPs" no "Ativo Circulante" refere-se aos seguintes valores:

Adiantamentos a Consorciados/SCPs	2021	2020
Consorciados	R\$ 9.640.133,67	R\$ 8.174.801,03
SCPs	R\$ 2.675.000,25	R\$ 4.063.529,00
TOTAL	R\$ 12.315.133,92	R\$ 12.238.330,03

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Aos Administradores Archel Construções e Participações S/A Porto Alegre - RS		Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis			
Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Archel Construções e Participações S/A, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.		A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
		Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.			
		Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.			
Outros Assuntos As demonstrações contábeis da Archel Construções e Participações S/A referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por nós auditores independentes, com relatório emitido em 13 de abril de 2021, sem ressalvas.		Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
		Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o			

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de março de 2022.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S **Pedro Osório Corrêa**
 CRC-RS 3.797 **Contador CRC-RS 42.462/O-8**

PUBLICIDADE LEGAL

IBCMED SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO S.A.
 CNPJ/ME Nº 05.610.260/0001-00 - NIRE 43.300.067.548
Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 28 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de março de 2022, às 9h, na sede da IBCMED Serviços De Educação S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General Neto, nº 594, 1º ao 4º andar, bairro Moinhos de Vento, CEP 90560-020. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Convocação:** A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do Parágrafo 2º do artigo 11, do Estatuto Social da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Ricardo Cançado Gonçalves de Souza. Secretário: Marcelo Battistella Bueno. **5. Ordem do dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) prestação de fiança, pela Companhia, no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Inspiral Educação S.A. ("Inspiral"), as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada de tempos em tempos, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta", respectivamente) mediante a celebração do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Inspiral Educação S.A.", entre a Inspiral, a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), a Companhia, a Anima Holding S.A., Ages Empreendimentos Educacionais Ltda., Room Sistemas Interativos Ltda. e SOBEPE – Sociedade Brasileira de Educação, Cultura, Pesquisa e Extensão S.A. ("Fiadoras") ("Escritura de Emissão"); (ii) outorga, no âmbito da Emissão, da cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, detidos e a serem detidos pela Companhia oriundos exclusivamente (a) de mensalidades pagas às escolas e sistemas de ensino relativos aos cursos de medicina; (b) de contratos de prestação de serviços educacionais celebrados no exercício de sua atividade econômica relativos aos cursos de medicina ("Atividades de Medicina"); e (c) da conta vinculada a ser indicada no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) ("Conta Vinculada"), onde será depositada a totalidade dos créditos objeto da cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária"), incluindo aquelas de titularidade da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia, as demais cedentes no âmbito da Emissão e o Agente Fiduciário das Debêntures, com interveniência anuência da Inspiral ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (iii) autorizar os administradores da Companhia e seus demais representantes legais, observado o Estatuto Social da Companhia, a celebrar todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à Emissão e à Oferta; e (iv) ratificação de todos os atos praticados pelos administradores da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima. **6. Deliberações:** Instalada a reunião e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: (a) autorizar a outorga de garantia fidejussória em forma de fiança ("Fiança") pela Companhia, em caráter irrevogável e irretirável, na condição de fiadora, em garantia de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Inspiral no âmbito da Emissão, de forma que se obrigará por si, ou por seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável entre si e com a Inspiral, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, sendo que expressamente renunciará a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (Código de Processo Civil); (b) autorizar a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária, em caráter irrevogável e irretirável, na condição de cedente, em garantia de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Inspiral no âmbito da Emissão; (c) autorizar a celebração, pelos Diretores e/ou representantes da Companhia, de todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à Emissão e à Oferta, tais como aditamentos, procurações, notificações e demais documentos, incluindo, mas não se limitando à negociação dos termos e condições e celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária; e (d) ratificar a celebração de todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos referidos contratos já celebrados pelos Diretores e demais representantes da Companhia, incluindo todos e quaisquer atos necessários à consecução do que foi decidido agora. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, a reunião foi encerrada, lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os membros presentes. **Mesa:** Ricardo Cançado Gonçalves de Souza – Presidente; Marcelo Battistella Bueno – Secretário. **Conselheiros:** Guilherme Colin de Soárez, Fabiano Rodrigues Karolyi, Israel Dutra Campos, Fabio Luiz Xavier Garcia e José Lúcio Martins Machado. Porto Alegre, 28 de março de 2022. **Mesa:** Ricardo Cançado Gonçalves de Souza - Presidente; Marcelo Battistella Bueno - Secretário

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
 Versão para folhear
 Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

AGROSETA S.A.

CNPJ Nº. 94.474.061/0001-34

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, na Avenida 1º de Maio, 1111, bairro das Rosas, em Estância Velha/RS, os documentos de que trata o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Estância Velha/RS, 29 de março de 2022.

Roberto Luz - Diretor

ASCOL

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

SETA S.A. - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA
CNPJ Nº 89.717.268/0001-52
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, na Avenida 1º de Maio, 1109, bairro das Rosas, em Estância Velha/RS, os documentos de que trata o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Estância Velha/RS, 29 de março de 2022.
Roberto Luz
Diretor

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 93.169.340/0001-21 – NIRE 43 3 0003125 0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paludo Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. Porto Alegre, RS, 23 de março de 2022. A Administração.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020 – (Em milhares de reais)

Nota	Controladora			Consolidado			Nota	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Ativo													
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.787	1.643	514	249.743	254.840	53.713	18	5.535	5.394	2.573	483.024	
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	4.144	5.445	5.665					329.363	
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	410.491	373.052	378.111	19	87	198	52	224.176	
Ativo de contrato					3.902	3.340	2.528					140.167	
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	4.949	4.106	3.209	3.913	898	21.d	62.542	16.385	2.836	65.310	
Operações de crédito	7	-	-	-	-	462	2.267					20	
Estoques	8	-	-	-	536.277	343.048	302.284					11	
Impostos a recuperar	9	388	380	383	86.478	52.729	70.890					2.883	
Despesas antecipadas		40	123	40	10.638	9.865	7.228					5.352	
Dividendos a receber		48.597	27.812	23.525	264	-	-					8.223	
Adiantamento a fornecedores	18	-	-	-	-	143.006	-					145.893	
Outras contas a receber		534	397	391	87.463	61.896	55.088					1.590	
Ativo mantido para venda	10	51.346	35.304	28.959	1.392.609	1.251.596	878.672					1.590	
		302.090	189.198	189.198	302.090	189.198	189.198					62.587	
		353.436	224.502	218.157	1.694.699	1.440.794	1.067.870					57.941	
Ativo não circulante													
Realizável a longo prazo													
Aplicações financeiras	5	-	-	-	2.044	2.005	4.713					200.000	
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	38.938	31.310	40.000					200.000	
Ativo de contrato					2.824	3.754	4.616					200.000	
Operações de crédito	7	-	-	-	-	29	423					200.000	
Impostos a recuperar	9	-	-	-	6.547	6.224	87.719					200.000	
Impostos diferidos	25	638	39.021	39.005	51.186	82.895	81.083					200.000	
Créditos com partes relacionadas	11	591	566	550	591	566	550					200.000	
Bens não de uso próprio					363	933	933					200.000	
Outros créditos	12	6	-	14	42.377	12.865	20.011					200.000	
Investimentos	13	1.235	39.587	39.569	144.870	140.581	240.048					200.000	
Propriedades para investimento	14	502.790	359.173	283.804	17.703	16.107	24.318					200.000	
Imobilizado	15	37.209	49.544	40.221	44.909	57.987	69.523					200.000	
Intangível	16	136	147	89	517.034	487.730	490.690					200.000	
Ativos de direito de uso	17	214	214	214	37.811	36.843	37.477					200.000	
		541.584	448.665	363.897	30.892	7.507	11.388					44.956	
		895.020	673.167	582.054	793.219	746.755	873.444					39.131	
					2.487.918	2.187.549	1.941.314					74.827	
Passivo e Patrimônio Líquido													
Passivo circulante													
Empréstimos e financiamentos	18	5.535	5.394	2.573	483.024	329.363	366.374					694.045	
Fornecedores	19	87	198	52	224.176	140.167	151.118					5.804	
Obrigações fiscais e sociais	19	183	157	167	89.353	68.311	49.509					2.342	
Obrigações e provisões trabalhistas		163	107	75	23.763	21.754	18.407					2.052	
Dividendos propostos	21.d	62.542	16.385	2.836	65.310	18.273	5.466					2.883	
Débitos com partes relacionadas	11	-	-	-	-	11	53					5.352	
Provisão para avais em coligada	11	-	-	-	-	-	-					2.792	
Passivo de direito de uso	17	-	-	-	-	-	-					2.663	
Adiantamento de clientes	18	-	-	-	-	-	-					145.893	
Outras contas a pagar		954	1.050	1.590	62.587	57.941	53.456					652.398	
		69.464	23.291	7.293	956.456	787.388	652.398					694.045	
Passivo não circulante													
Empréstimos e financiamentos	18	20.398	25.643	29.528	719.904	798.549	694.045					5.804	
Obrigações fiscais e sociais	19	-	-	-	2.052	2.342	2.052					2.883	
Débitos com partes relacionadas	11	224.667	238.082	231.103	63.949	73.001	78.614					2.792	
Impostos diferidos	25	1.849	1.822	1.605	90.853	88.542	105.046					11.051	
Provisão para litígios	20	16	16	16	6.543	11.051	10.463					-	
Passivo a descoberto em controlada	13	5.421	9.054	8.275	-	-	-					-	
Passivo de direito de uso	17	-	-	-	23.877	5.363	9.373					-	
Outras contas a pagar		252.351	275.508	271.923	913.301	986.662	911.251					-	
Patrimônio líquido	21	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000						
Capital social		418.713	271.203	211.854	418.713	271.203	211.854						
Reservas de lucros		(30.030)	(87.842)	(87.842)	(30.030)	(87.842)	(87.842)						
Ações em tesouraria		(15.478)	(8.993)	(21.174)	(15.478)	(8.993)	(21.174)						
Outros resultados abrangentes		573.205	374.368	302.838	573.205	374.368	302.838						
Total da participação dos controladores													
Participação de acionistas não controladores													
Total do patrimônio líquido		573.205	374.368	302.838	618.161	413.499	377.665						
Total do passivo e patrimônio líquido		895.020	673.167	582.054	2.487.918	2.187.549	1.941.314						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	22	5.875	2.291.344	1.810.601
Custo dos produtos vendidos	23	-	(1.591.623)	(1.160.501)
Lucro bruto		5.875	699.721	650.100
Despesas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	23	-	(204.724)	(178.071)
Despesas administrativas e gerais	23	(5.295)	(188.629)	(167.971)
Resultado da equivalência patrimonial	13	195.229	80.796	1.672
Outras receitas (despesas) líquidas	23	112.867	(1.929)	119.899
Resultado operacional	24	308.676	79.703	427.939
Receitas financeiras	23	7.767	35	244.083
Despesas financeiras	24	(14.705)	(10.395)	(363.075)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		301.738	69.343	308.947
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	25	-	(5.352)	(43.369)
Diferido	25	(38.410)	(201)	(30.945)
Lucro líquido do exercício		263.328	69.142	272.650
Atribuível a:				
Acionistas controladores			263.328	69.142
Acionistas não controladores			9.322	8.078
			272.650	77.220
Lucro por ação do capital social - em Reais		9.614,71	2.282,83	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladores		Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Lucros a distribuir						
Saldos em 01 de janeiro de 2020										
Aquisição da participação minoritária em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.367)	(48.367)
Retificação de dividendos obrigatórios propostos	1.2	-	-	-	-	-	-	-	24	24
Realização líquida do custo atribuído-controlada	21.c	-	-	-	-	(6.300)	6.300	-	-	-
Transação reflexa de capital entre sócios	1.2	-	-	-	-	(12.144)	-	(12.144)	-	(12.144)
Efeito ajuste economia hiperinflacionária de controladas no exterior	-	-	-	-	-	2.777	-	2.777	-	2.777
Variação cambial de controladas indiretas / filial de controlada direta no exterior	13	-	-	-	-	27.848	-	27.848	9.169	37.017
Reversão de dividendos	-	-	-	291	-	-	-	291	-	291
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	69.142	69.142	8.078	77.220
Destinações:										
Constituição de reserva legal	21.b	-	3.457	-	-	-	(3.457)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	21.d	-	-	-	-	-	(16.384)	(16.384)	(835)	(17.219)
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos	21.d	-	-	-	-	-	-	-	(3.765)	(3.765)
Constituição de reserva especial	21.b	-	-	55.601	-	-	(55.601)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		200.000	14.121	221.000	36.082	(87.842)	(8.993)	374.368	39.131	413.499
Realização líquida do custo atribuído-controlada	21.c	-	-	-	-	(4.536)	4.536	-	-	-
Variação cambial de controladas indiretas / filial de controlada direta no exterior	13	-	-	-	-	(4.804)	-	(4.804)	-	(4.804)
Efeito ajuste economia hiperinflacionária de controladas no exterior	-	-	-	-	-	2.853	-	2.853	-	2.853
Cancelamento de ações	21.e	-	-	(57.812)	-	57.812	-	263.328	9.322	272.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	69.142	69.142	8.078	77.220
Destinações:										
Constituição de reserva legal	21.b	-	13.166	-	-	-	(13.166)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	21.d	-	-	-	-	-	(62.540)	(62.540)	(1.067)	(63.607)
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos	21.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.430)	(2.430)
Constituição de reserva especial	21.b	-	-	192.158	-	-	(192.158)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		200.000	27.287	355.346	36.082	(30.030)	(15.480)	573.205	44.956	618.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		301.738	69.343	308.947
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				

»»» Continuação	PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.	Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 – (Em milhares de reais)										
»»» Continuação 2.17. Reapresentação das demonstrações financeiras:	Balanços patrimoniais em 01/01/2020	A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:										
Nota	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores re-apresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores re-apresentados	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Passivo e Patrimônio Líquido												
Passivo circulante												
Empréstimos e financiamentos	2.573	-	2.573	366.374	-	366.374						
Fornecedores	52	-	52	151.118	-	151.118						
Obrigações fiscais e sociais	4;5;9;19	167	167	28.980	20.529	49.509						
Obrigações e provisões trabalhistas	-	75	75	18.407	-	18.407						
Dividendos propostos	2.836	-	2.836	5.466	-	5.466						
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	53	-	53						
Provisão para avalis em coligada	-	-	-	5.352	-	5.352						
Passivo de direito de uso	-	-	-	2.663	-	2.663						
Outras contas a pagar	7	1.590	1.590	32.319	21.137	53.456						
		7.293	7.293	610.732	41.666	652.398						
Passivo não circulante												
Empréstimos e financiamentos	29.528	-	29.528	694.045	-	694.045						
Obrigações fiscais e sociais	-	-	-	5.804	-	5.804						
Débitos com partes relacionadas	231.103	-	231.103	78.614	-	78.614						
Impostos diferidos	5;7;8;10;11;13;20	1.605	1.605	108.030	(2.984)	105.046						
Provisão para litígios	-	-	-	10.463	-	10.463						
Passivo a descoberto em controlada	-	-	-	8.275	-	8.275						
Passivo de direito de uso	15	-	-	8.010	1.363	9.373						
Outras contas a pagar	-	1.396	1.396	7.906	-	7.906						
		271.923	271.923	912.872	(1.621)	911.251						
Patrimônio líquido												
Capital social	200.000	-	200.000	200.000	-	200.000						
Reservas de lucros	4;6 a 9;13	216.574	(4.720)	211.854	216.574	(4.720)						
Ações em tesouraria	-	(87.842)	(87.842)	(87.842)	-	(87.842)						
Outros resultados abrangentes	6;20	(20.534)	(640)	(21.174)	(20.534)	(640)						
Total da participação dos controladores		308.198	(5.360)	302.838	308.198	(5.360)						
Participação de acionistas não controladores	4;5;7;8;11;13	-	-	-	59.570	15.257						
Total do patrimônio líquido		308.198	(5.360)	302.838	367.768	9.897						
Total do passivo e patrimônio líquido		587.414	(5.360)	582.054	1.891.372	49.942						
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020												
	Controladora			Consolidado								
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores re-apresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores re-apresentados						
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	14.377	-	14.377	459.724	21.878	481.602						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.136)	-	(6.136)	(19.183)	-	(19.183)						
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(7.112)	-	(7.112)	(239.414)	(21.878)	(261.292)						
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.129	-	1.129	201.127	-	201.127						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	514	-	514	53.713	-	53.713						
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.643	-	1.643	254.840	-	254.840						
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020												
	Controladora			Consolidado								
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores re-apresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores re-apresentados						
Resultado do exercício	62.354	6.588	69.142	70.612	6.608	77.220						
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-						
Variação cambial de controladas e filiais no exterior	26.421	1.427	27.848	32.664	4.353	37.017						
Efeito da adoção inicial do CPC 42, hiperinflação em controladas	-	2.777	2.777	-	2.777	2.777						
Resultado abrangente total	88.775	10.992	99.767	103.276	13.738	117.014						
Comentários sobre os ajustes procedidos: (1) Reclassificações de aplicações financeiras para o ativo não circulante. (2) Reclassificações de contas a receber para a rubrica de contas a receber de partes relacionadas. (3) Reclassificação de bens do ativo imobilizado para a rubrica de propriedade para investimentos. (4) A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. registrou provisão para riscos tributários relacionada ao risco de tributação adicional sobre determinadas transações de importações em função das regras de preços de transferência. No consolidado, o efeito reflexo por equivalência patrimonial foi de R\$1.774 (R\$1.737 em 2019). (5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a controlada Borrachas Vipal S.A. e suas controladas revisaram seus procedimentos relativos ao reconhecimento de receitas, verificando que em alguns casos o reconhecimento da receita ocorria antes de a obrigação de performance correspondente fosse atendida. O procedimento foi corrigido em 2020. Em função da reapresentação das demonstrações financeiras o reconhecimento de receitas, bem como custos e impostos correspondentes, também foi ajustado em 1º de janeiro de 2020. (6) Determinados efeitos relacionados à condição de hiperinflação (CPC 42) das controladas baseadas na Argentina foram reconhecidos originalmente apenas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em revisão dos controles a controlada Borrachas Vipal S.A. identificou um ajuste complementar relacionado à conversão das demonstrações financeiras relacionadas aquelas controladas. Em função disso, (i) diversas rubricas de resultado de 2019 foram ajustadas (representando um estorno líquido de perdas cambiais de R\$2.245); (ii) a conta de outros resultados abrangentes foi afetada em R\$5.729 em 1º de janeiro de 2020. (7) Em revisão de suas políticas de provisionamento, a controlada Borrachas Vipal S.A. identificou a necessidade de registrar (e/ou complementar) sua provisão para litígio relacionada à possibilidade de incidência de imposto sobre operações financeiras em operações de mútuo com empresas relacionadas. Em decorrência disso a provisão foi complementada no consolidado em R\$12.294 (R\$31.426 em 1º de janeiro de 2020). (8) A controlada Borrachas Vipal S.A. revisou os saldos de provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes e identificou que a provisão estava registrada por montante inferior ao necessário. Os valores provisionados foram ajustados nas demonstrações reapresentadas, como consequência, um montante de despesa de R\$3.788 foi estornado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no consolidado. (9) Provisão para risco de litígio relacionado a possível tributação de multa incidente sobre parcelamentos fiscais considerada como dedutível pela controlada Borrachas Vipal S.A. em suas apuracoes. A provisão constituída totalizou R\$1.086 (R\$1.057 em 1º de janeiro de 2020). (10) Em função da revisão da composição dos passivos diferidos um montante de R\$1.019 foi reduzido em 01 de janeiro de 2020 no consolidado. (11) A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. registrou uma provisão para perdas com estoques em 2020 que originalmente deveria ter sido registrada em 31 de dezembro de 2019. Quando do refazimento das demonstrações financeiras a perda registrada no exercício de 2020 foi estornada e uma provisão de R\$1.355 constituída em 31 de dezembro de 2019. O reflexo na controladora foi uma equivalência positiva de R\$1.098 no resultado de 2020 e um efeito negativo de igual valor no resultado de 2019. O saldo de investimento em 01 de janeiro de 2020 também foi reduzido em R\$1.098. (12) Reclassificação de despesas com contagens a amostras do grupo de receitas comerciais para as receitas líquidas de vendas, a fim de alinhar os valores registrados como receita aos seus prováveis valores de realização. Os valores reclassificados foram de R\$8.200 no consolidado. (13) A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. tem incentivos fiscais de imposto de renda que reduzem sua alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro (aproximadamente 15%). Os impostos diferidos vinham sendo registrados de acordo com a alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social (34%). Para o pleno atendimento aos requerimentos do CPC 12 – tributos sobre a renda, a Controlada ajustou os montantes reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos (registrado no passivo não circulante) em R\$5.567 (R\$8.518 em 1º de janeiro de 2020). Os efeitos reflexos por equivalência patrimonial na Controladora totalizaram R\$5.321 (R\$8.141 em 1º de janeiro de 2020). (14) A controlada indireta Vipal Colômbia S.A. manteinha valores a receber em prazo superior a doze meses em suas contas a receber registrado no ativo circulante no valor de R\$2.160 em 01 de janeiro de 2020. Tais valores foram reclassificados para o ativo não circulante. (15) Direito de uso relacionado a arrendamento (R\$936 em 31 de dezembro de 2020 e R\$1.310 em 01 de janeiro de 2020) e a correspondente obrigação de controladas indiretas baseadas no exterior (R\$1.014 em 31 de dezembro de 2020 e R\$1.363 em 01 de janeiro de 2020). (16) Reclassificação de vendas entre partes relacionadas. (17) Reclassificação de dividendos que foram registrados em outros resultados abrangentes. (18) Determinados efeitos relacionados a hiperinflação da sucursal e da controlada baseadas na Argentina, de propriedade da controlada Borrachas Vipal S.A., haviam sido registrados como outras despesas e foram reclassificadas para despesas financeiras por serem componentes financeiros. (19) A controlada Borrachas Vipal S.A. impetrou ação judicial questionando a legalidade da incidência do diferencial de alíquota de ICMS ("DIFAL") em operações interestaduais, tendo obtido inclusive liminar para depositar os valores devidos judicialmente. Os valores devidos e os montantes depositados judicialmente foram compensados para fins de divulgação em anos anteriores, tendo a controlada Borrachas Vipal S.A. reclassificado os valores de depósito para o ativo circulante em linha com o determinado pelas práticas contábeis que não permitem a compensação de ativos e passivos nesta circunstância. (20) Determinados contratos de bonificação da controlada Borrachas Vipal S.A. contêm valores de incentivos comerciais pagos para a aquisição do contrato com o cliente, cujo benefício a ser auferido pela Controlada é durante o prazo contratual. Tais valores vinham sendo registrados diretamente ao resultado quando incorridos. Os valores despesados foram registrados como um ativo de contrato e são amortizados ao resultado mediante o desempenho comercial estipulado em contrato. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo o risco de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. Impostos: A Companhia e suas Controladas constituem provisões com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Provisões para litígios: A Companhia e as Controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.												
4. Caixa e equivalentes de caixa												
Modalidade	Controladora			Consolidado								
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020						
Disponibilidades	2	3	5	59.846	55.245	36.821						
Aplicações em moeda nacional	1.785	1.640	509	188.161	198.560	16.278						
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	1.736	1.035	614						
Total	1.787	1.643	514	249.743	254.840	53.713						
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 são remuneradas à taxa de 100% a 103% do CDI (100% a 105% do CDI em 31 de dezembro de 2020).												
5. Aplicações financeiras												
Aplicações financeiras – CDB	Consolidado											
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020									
	6.188	7.450	10.378									
	6.188	7.450	10.378									
Circulante	4.144	5.445	5.665									
Não circulante	2.044	2.005	4.713									
As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas às taxas de 100% a 103%, do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% a 100,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020).												
6. Contas a receber de clientes												
Clientes mercado interno	Controladora			Consolidado								
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020						
	1.814	1.814	1.814	456.890	420.634	407.881						
Clientes mercado externo	-	-	-	79.706	65.513	81.180						
	1.814	1.814	1.814	536.596	486.167	489.061						
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa												
	(1.814)	(1.814)	(1.814)	(87.167)	(81.805)	(70.950)						
Total contas a receber	-	-	-	449.429	404.362	418.111						
Circulante	-	-	-	410.491	373.052	378.111						
Não circulante	-	-	-	38.938	31.310	40.000						
Os valores classificados no ativo não circulante referem-se às renegociações de créditos junto a clientes. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado.												

»»» Continuação		PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.						Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 – (Em milhares de reais)					
»»» Continuação 11. Informações sobre partes relacionadas:													
Consolidado													
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas							
Créditos com partes relacionadas:													
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	3.209	-	-	-	2.783	-							
Idir Paludo	-	238	-	-	7	-							
Salete Paludo	-	353	-	-	9	-							
Débitos com partes relacionadas:	3.209	591			2.799								
VAP Participações S.A.	-	-	-	-	-	94							
Arpal Participações S.A.	-	-	-	3.660	-	287							
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	-	20	60.289	-	7.982							
			20	63.949	-	8.363							
Totais em 31 de dezembro de 2021	3.209	591	20	63.949	2.799	8.363							
Créditos com partes relacionadas:													
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	3.913	-	-	-	4.521	-							
Idir Paludo	-	228	-	-	7	-							
Salete Paludo	-	338	-	-	9	-							
Débitos com partes relacionadas:	3.913	566			4.537								
VAP Participações S.A.	-	-	-	8.165	-	227							
Arpal Participações S.A.	-	-	-	3.615	-	157							
Alpar Participações Ltda.	-	-	-	-	-	428							
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	-	11	61.221	-	5.665							
			11	73.001	-	6.477							
Totais em 31 de dezembro de 2020	3.913	566	11	73.001	4.537	6.477							
Créditos com partes relacionadas:													
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	898	-	-	-	6.991	-							
Idir Paludo	-	221	-	-	12	-							
Salete Paludo	-	329	-	-	19	-							
Débitos com partes relacionadas:	898	550			7.022								
VAP Participações S.A.	-	-	-	8.106	-	457							
Arpal Participações S.A.	-	-	-	3.458	-	-							
Alpar Participações Ltda.	-	-	-	10.008	-	8							
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	-	-	53	37	-	-							
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	-	-	57.005	-	1.790							
			53	78.614	-	2.255							
Totais em 01 de janeiro de 2020	898	550	53	78.614	7.022	2.255							

Termos e condições de transações com partes relacionadas: A Companhia possui um saldo de contrato de mútuo com a controlada Borrachas Vipal S.A. no valor de R\$114.504 (R\$110.129 em 31 de dezembro de 2020), com prazo de 60 meses, com encargos financeiros equivalentes à variação do CDI. O saldo remanescente com a Controlada, no montante de R\$23.307 (R\$23.307 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a uma transação de conta corrente, a qual não está sujeita a encargos financeiros. A Companhia possui um saldo de contas a pagar com a controlada Borrachas Vipal S.A. referente à alienação de itens do ativo imobilizado em 2011, no montante de R\$31.901 (R\$39.516 em 31 de dezembro de 2020). O contrato não prevê data de vencimento, bem como não incidência de encargos. A Companhia possui um contrato com a controlada Borrachas Vipal S.A. com o objetivo de prestar assessoramento na área administrativa e financeira prestado por especialistas firmado em 2006 e com renovação automática. O último aditivo, datado em julho de 2008 estabeleceu o preço de R\$4.200 ao ano para a prestação dos serviços. Este contrato foi encerrado em 31 de dezembro de 2021, não havendo saldos a pagar naquela data. O saldo a pagar a acionistas minoritários pessoas físicas refere-se ao contrato de compra e venda de ações, conforme mencionado na nota 21.e., com atualização à taxa de juros de mercado e prazo final previsto para mar/2027. A controlada Borrachas Vipal S.A. prestou garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados por partes relacionadas. Os avais concedidos foram mantidos e, em linha com as práticas contábeis, uma provisão para avais concedidos foi constituída, como abaixo demonstrado:

	Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Duroline S.A. (*)	-	2.883	5.352	-	-	-
Fate Pneu do Brasil S.A.	-	315	733	-	-	-
Total de garantias prestadas	-	3.198	6.085	-	-	-

(*) A participação societária da controlada Borrachas Vipal S.A. na coligada Duroline S.A foi alienada em 2018, porém a Controlada manteve o aval sobre contratos de empréstimos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam R\$393 (R\$954 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iv) remuneração baseada em ações.

12. Outros créditos: Do saldo de outros créditos, para os exercícios de 2021 e 2020, no consolidado, R\$7.175 refere-se a dois imóveis dados em garantia em alienação fiduciária por devedor do Banco Vipal S.A. que, diante da inadimplência, foi iniciado o procedimento de retomada dos imóveis para quitação do débito, nos termos do §1º do art. 26 da Lei nº 9.514/97. Em 14 de dezembro de 2018 a controlada Borrachas Vipal S.A., a Marangoni SpA e a Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Borracha Ltda. ("MTLA"), empresa em recuperação judicial e controlada por Marangoni SpA, assinaram um contrato pelo qual, entre outras avenças, a Controlada abriu um limite de crédito de R\$10.000 em favor da MTLA para aquisição de matéria prima. Este limite vem sendo utilizado integralmente pela referida empresa, estando o montante registrado na rubrica de "contas a receber de clientes". De acordo com o contrato, a Controlada possui uma opção de compra de participação societária tendo como condição precedente o trânsito em julgado da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Em conexão com o contrato acima descrito a Controlada, em 30 de junho de 2021, firmou com o Banco do Brasil S.A. principal credor da MTLA, um termo de cessão de dívida pelo qual o banco cedeu à Controlada os créditos que detinha contra a MTLA, pelo montante de R\$29.580, o qual foi registrado contabilmente em "outros ativos". Os créditos têm como garantia de primeiro grau um imóvel da MTLA, que tem avaliação de mercado, preparada por especialistas externos, indicando o valor justo de R\$44.530. Em 31 de dezembro de 2021, a administração da Controlada mensurou o valor justo do instrumento concluindo que o mesmo se aproxima do contábil e que nenhuma provisão para realização era necessária. A Controlada vem acompanhando a evolução do processo de recuperação judicial da MTLA, bem como, a sua capacidade de honrar os seus compromissos uma vez implementado o plano de recuperação. Na avaliação da Administração da Controlada, não há risco de perdas relacionadas aos créditos a receber.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto	502.790	359.173	283.804	-	-	-
Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto não consolidadas	-	-	-	14.965	13.558	12.995
Fate Pneu do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	9.347
D&P Empreendimentos e Incorp. Ltda.	-	-	-	2.738	2.549	1.976
Outros	-	-	-	17.703	16.107	24.318
Total	502.790	359.173	283.804	17.703	16.107	24.318
Passivo a descoberto em controladas	5.421	9.054	8.275	-	-	-
Total	5.421	9.054	8.275	-	-	-

Em 30 de junho de 2021, a controlada Borrachas Vipal S.A. aprovou a redução do capital social no montante de R\$14.248, mediante a transferência de 510.510 ações de emissão da Fate Pneu do Brasil S.A. Ind. Com. Import. e Exportação à Companhia. Por ser uma joint venture, esta Empresa não é consolidada nos resultados da Companhia.

	Borrachas Vipal S.A. (a)	Plast Participações Ltda.	Vicência Paludo, Filhos & Cia Ltda.	Marpal Adm. e Partic. Ltda. (b)	Vipar Participações Ltda. (b)	D & P Empreend. e In- corporações Ltda. (b/c)	Totais 2020	Totais 2019
Total de ativos	2.271.520	-	5.487	1.449	18.381	-	-	-
Total de passivos	1.928.403	9.054	1.408	40	5.700	-	-	-
Receita líquida	1.000.784	-	7.904	896	-	-	-	-
Capital social	57.894	241.975	540	450	47.000	-	-	-
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)	343.117	(9.054)	4.079	1.409	12.681	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	87.579	(6.201)	448	(41)	(1.051)	-	-	-
Percentual de participação (%)	99,998%	99,999%	99,999%	99,778%	99,950%	-	-	-
Saldos em 01/01/2020	255.656	(8.275)	3.630	1.447	13.724	9.347	275.529	218.737
Variação cambial	30.625	-	-	-	-	-	30.625	(8.347)
Equiv. de mais valia de controlada	-	-	-	-	-	-	-	1.180
Transação de capital entre sócios	(12.144)	-	-	-	-	-	(12.144)	-
Integralização de capital social	-	3.842	-	-	-	-	3.842	-
AFAC – Adiantamento p/futuro aumento de capital	-	1.580	-	-	-	-	1.580	14.422
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	(9.429)	(9.429)	(13.772)
Ganho em investimento	-	-	-	-	-	82	82	58
Resultado da equiv. patrimonial - realização do lucro na venda de propriedade para investimento	63	-	-	-	-	-	63	2.834
Ajuste de equivalência	-	-	-	-	-	-	-	2.560
Resultado da equiv. patrimonial	87.577	(6.201)	448	(41)	(1.050)	-	80.733	80.036
Dividendos	(20.762)	-	-	-	-	-	(20.762)	(22.179)
Saldo final	341.015	(9.054)	4.078	1.406	12.674	-	350.119	275.529
Passivo a descoberto	-	9.054	-	-	-	-	9.054	8.275
Saldo final Investimentos	341.015	-	4.078	1.406	12.674	-	359.173	283.804

(a) Empresa auditada por outro auditor independente. (b) Empresa não auditada. (c) Dissolução parcial da sociedade em 30/10/2020.

	Borrachas Vipal S.A. (a)	Plast Participações Ltda.	Vicência Paludo, Filhos & Cia Ltda.	Marpal Adm. e Partic. Ltda. (b)	Vipar Participações Ltda. (b)	Fate Pneu do Brasil S.A. (c)	Totais 2021	Totais 2020
Total de ativos	2.415.596	-	5.861	1.928	16.688	38.942	-	-
Total de passivos	1.943.678	5.421	956	155	5.701	9.598	-	-
Receita líquida	1.299.359	-	13.172	1.118	-	26.078	-	-
Capital social	43.646	250.000	540	450	47.000	10.010	-	-
Patrim. líquido / (Passivo a descoberto)	471.918	(5.421)	4.905	1.773	10.987	29.344	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	193.333	64	1.826	364	(1.694)	3.278	-	-
Percentual de participação (%)	99,998%	99,999%	99,999%	99,778%	99,950%	51%	-	-
Saldos em 31/12/2020	341.015	(9.054)	4.078	1.406	12.674	-	350.119	275.529
Variação cambial	(1.951)	-	-	-	-	-	(1.951)	30.625
Red. de cap. social / transf. de ações	(14.248)	-	-	-	-	-	14.248	-
Transação de capital entre sócios	-	-	-	-	-	-	-	(12.144)
Integralização de capital social	-	3.569	-	-	-	-	3.569	3.842
AFAC – Adiant.p/futuro aum. de capital	-	-	-	-	-	-	1.580	1.580
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	(9.429)	-	(9.429)
Ganho em investimento	-	-	-	-	-	82	-	82
Resultado da equivalência patrimonial - realiz. do lucro na venda de propr p/investimento	356	-	-	-	-	-	356	63
Resultado da equivalência patrimonial	193.331	64	1.827	363	(1.693)	981	194.873	80.733
Dividendos	(48.333)	-	(1.000)	-	-	(264)	(49.597)	(20.762)
Saldo final	470.170	(5.421)	4.905	1.769	10.981	14.965	497.369	350.119
Passivo a descoberto	-	5.421	-	-	-	-	5.421	9.054
Saldo final Investimentos	470.170	-	4.905	1.769	10.981	14.965	502.790	359.173

(a) Empresa auditada por outro auditor independente. (b) Empresa não auditada. (c) Transferência de ações em 30/06/2021.

14. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparadas periodicamente ao valor justo. Em 09 de setembro de 2020, a controlada Borrachas Vipal S.A. alienou o imóvel localizado na cidade de Jundiaí/SP, pelo montante de R\$10.400. Em 20 de julho de 2020, a controlada indireta BR Plásticos Indústria Ltda. alienou o imóvel localizado na cidade de Siderópolis/SC, pelo montante de R\$4.500. Em 30 de outubro de 2020, a Companhia recebeu imóveis no montante de R\$9.429, oriundos da Cisão Parcial da controlada em conjunto D&P Empreendimentos e Incorporações Ltda. Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia alienou imóvel localizado na cidade de Nova Prata/RS, no montante de R\$2.500. Em 29 de junho de 2021, a controlada Borrachas Vipal S.A. alienou o imóvel localizado na cidade de Biguaçu/SC, pelo montante de R\$1.744. Em 08 de novembro de 2021 e 18 de novembro de 2021, a Companhia alienou imóveis no montante de R\$9.429, oriundos da Cisão Parcial da controlada em conjunto D&P Empreendimentos e Incorporações Ltda, localizados em Porto Alegre/RS.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	01/01/2020
Terrenos, prédios e benfeitorias	37.209	49.544	40.221	44.909
Total de propriedades para investimento	37.209	49.544	40.221	44.909

15. Imobilizado: Móveis e utensílios / equip. informática e Outros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	01/01/2020
Outros	89	74	(16)	147
Total	89	74	(16)	147

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	01/01/2020
Terrenos	23.213	911	-	(797)
Prédios	147.367	538	(8.004)	(539)
Benfeitorias	2.400	-	(75)	-
Instalações Industriais	29.777	91	(2.230)	-
Máquinas/acessórios	260.287	4.964	(26.934)	(4.637)
Outros	14.075	2.883	(4.533)	(273)
Obras em andamento	13.571	11.701	-	(208)
Total	490.690	21.088	(41.776)	(6.454)

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.				Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 – (Em milhares de reais)			
20. Provisão para litígios: A Companhia e algumas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desdobramento financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:				Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se:			
		Controladora		Consolidado			
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Ativo diferido					(representado)		
Provisão para litígios		5	5	5	486	397	5.435
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		617	617	617	16.145	16.918	10.456
Ajuste ativo mantido p/ venda (Impairment)		-	-	-	38.383	38.383	38.383
Provisão p/ participação nos lucros		16	16	16	43	34	40
Provisão para comissões		-	-	-	788	242	216
Lucros a realizar em controladas		-	-	-	17.088	16.297	12.535
Provisão para avais de terceiros		-	-	-	2.185	980	1.820
Provisão para fretes		-	-	-	2.774	1.082	881
Faturamento não embarcado		-	-	-	4.776	2.940	1.820
Provisão para honorários jurídicos		-	-	-	2.038	1.695	1.669
Outras provisões		-	-	-	4.863	3.927	7.810
Total ativo diferido		638	39.021	39.005	51.186	82.895	81.083
Passivo diferido							
Custo atribuído ativo imobilizado		-	-	-	(28.012)	(30.184)	(33.335)
Capitalização de juros		-	-	-	(2.693)	(2.627)	(2.979)
Arrendamento mercantil		-	-	-	(2.242)	(2.451)	(2.675)
Depreciação vida útil		(1.849)	(1.822)	(1.605)	(48.105)	(40.662)	(37.171)
Depreciação acelerada - fiscal		-	-	-	(1.339)	(1.599)	(2.551)
Variação cambial - regime de competência		-	-	-	-	(48)	(11.712)
Imposto diferido s/ a mais valia		-	-	-	(8.462)	(10.971)	(14.623)
Total passivo diferido		(1.849)	(1.822)	(1.605)	(90.853)	(88.542)	(105.046)
Ativo (passivo) diferido, líquido		(1.211)	37.199	(37.400)	(39.667)	(5.647)	(23.963)
<p>26. Objetivos e políticas para gestão, de risco financeiro: Classificação dos instrumentos financeiros: A controlada Borrachas Vipal S.A. mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Controlada. A Companhia e suas Controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, diretos ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco das controladas, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da controlada Borrachas Vipal S.A. A Administração desses riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Controlada possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Controlada sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Controlada adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Controlada somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Controlada de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excepcionais são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos das controladas. Para mitigar esses riscos, as controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Risco de taxa de juros: Como finalidade de verificar a sensibilidade dos indicadores dos empréstimos das controladas foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente. Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encorrou o ano de 2021 com perda de 11,73% (em 2020 com uma perda de 28,93%). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, as controladas têm fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. As controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Não havia instrumentos dessa natureza contratados nas datas dos balanços, para mitigar riscos de taxa de câmbio. Abaixo está demonstrada a exposição cambial das Controladas para operações em moedas estrangeiras:</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
		41.888	36.490	52.945			
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos							
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros		(82.397)	(107.710)	(139.263)			
C. Déficit apurado (A+B)		(40.509)	(71.220)	(86.318)			
<p>Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro das Controladas antes da tributação (e do patrimônio líquido das Controladas). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pelas Controladas, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.</p>							
		Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		+25%	+50%	-25%	-50%		
Operação							
Taxa		5,88	6,98	8,37	4,19	2,79	
Dólar		(226.040)	(282.753)	(339.060)	(169.733)	(113.020)	
Déficit apurado							
Efeito do lucro antes da tributação		(56.713)	(113.020)	56.308	113.020		
<p>Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e Controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e Controladas é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para ambas.</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
		41.888	36.490	52.945			
Incêndio e riscos diversos		545.844	494.808				
Lucros cessantes		111.006	97.904				
Responsabilidade civil administradores		50.000	100.000				
Responsabilidade civil geral		8.090	8.624				
<p>29. Eventos subsequentes: a) Contrato de compra e venda de ações – Banco Vipal S.A.: Em 10 de novembro de 2021, através do Ofício nº 26.127/2021-BCB/Deorf/GTPAL, o Banco Central do Brasil, por decisão de sua Diretoria, aprovou a transferência do controle societário do Banco Vipal S.A. para o Banco Master S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 2 de outubro de 2020. A aprovação do CADE foi obtida em 18 de janeiro de 2022, tendo o despacho autorizatório sido publicado no DOU de 19 de janeiro de 2022, com trânsito julgado em 04 de fevereiro de 2022. Em 18 de março de 2022, foi assinado o instrumento de fechamento da Compra e Venda, com a consequente transferência da propriedade do Banco. b) Aditivo ao contrato de repêrimento de empréstimos: A Companhia e suas controladas estão em tratativas junto aos bancos credores de assinatura do quinto aditivo ao Contrato Global de repêrimento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não prevê alterações de taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo as principais alterações previstas no documento as seguintes: (i) restrição a liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. A Companhia e suas controladas entendem que essas alterações previstas não produzem impacto quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global.</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
		545.844	494.808				
		111.006	97.904				
		50.000	100.000				
		8.090	8.624				
<p>28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas Controladas, com base na avaliação de seus consórcios, mantêm coberturas de seguros por montantes consideráveis pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		Limite	
		545.844	494.808				
		111.006	97.904				
		50.000	100.000				
		8.090	8.624				
<p>27. Subvenções governamentais: Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, o qual foi concedido à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinados para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido. Em 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada indireta, foi de R\$89.414 (R\$70.892 em 2020). Em 18 de dezembro de 2018, a controlada indireta obteve a renovação do incentivo Desenvolve. A vigência do benefício se estenderá até dezembro de 2030. Lucro da exploração: Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, através da Lei nº 12.181/10, concedeu o crédito presumido de IPI para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com finalidade de proporcionar o desenvolvimento destas regiões. O pré-requisito para enquadramento à possibilidade de apurar crédito presumido de IPI é a fabricação dos produtos determinados no §1º do Art. 1º da Lei nº 9.440/97 e a aplicação de no mínimo 10% do valor do benefício apurado em investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões. Este incentivo foi aproveitado pela controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. no período de 2013 a 2015. Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria nº 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Em 2021, o montante total relativo a esse benefício foi registrado no resultado do exercício na controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. foi de R\$1.327 (R\$1.280 em 2020). Redução base de cálculo ICMS: A partir da vigência da Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu o parágrafo 4º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, podendo ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Desta forma, a controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., em função da redução da base de cálculo do ICMS na venda de seus produtos, efetuou, no ano de 2021, a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social o montante de R\$1.983 (R\$1.479 em 2020), constituindo reserva de incentivos fiscais sobre esse benefício gerado.</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		Limite	
		545.844	494.808				
		111.006	97.904				
		50.000	100.000				
		8.090	8.624				
<p>29. Eventos subsequentes: a) Contrato de compra e venda de ações – Banco Vipal S.A.: Em 10 de novembro de 2021, através do Ofício nº 26.127/2021-BCB/Deorf/GTPAL, o Banco Central do Brasil, por decisão de sua Diretoria, aprovou a transferência do controle societário do Banco Vipal S.A. para o Banco Master S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 2 de outubro de 2020. A aprovação do CADE foi obtida em 18 de janeiro de 2022, tendo o despacho autorizatório sido publicado no DOU de 19 de janeiro de 2022, com trânsito julgado em 04 de fevereiro de 2022. Em 18 de março de 2022, foi assinado o instrumento de fechamento da Compra e Venda, com a consequente transferência da propriedade do Banco. b) Aditivo ao contrato de repêrimento de empréstimos: A Companhia e suas controladas estão em tratativas junto aos bancos credores de assinatura do quinto aditivo ao Contrato Global de repêrimento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não prevê alterações de taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo as principais alterações previstas no documento as seguintes: (i) restrição a liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. A Companhia e suas controladas entendem que essas alterações previstas não produzem impacto quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global.</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		Limite	
		545.844	494.808				
		111.006	97.904				
		50.000	100.000				
		8.090	8.624				
<p>28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas Controladas, com base na avaliação de seus consórcios, mantêm coberturas de seguros por montantes consideráveis pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.</p>							
		31/12/2021		31/12/2020		Limite	
		545.844	494.808				
		111.006	97.904				
		50.000	100.000				
		8.090	8.624				